Hélio Gelson Simon Fontana

A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO EM SÃO VICENTE DO SUL – REGIÃO DO VALE DO JAGUARI-RS

Dissertação de Mestrado

2022

Hélio Gelson Simon Fontana

A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO EM SÃO VICENTE DO SUL – REGIÃO DO VALE DO JAGUARI-RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Nunes Alves

Cruz Alta – RS, junho de 2022

F679p Fontana, Hélio Gelson Simon
A Pluriatividade na Agricultura Familiar: um estudo de caso em São Vicente do Sul – região do Vale do Jaguari-RS / Hélio Gelson Simon Fontana. – 2022.
72 f. : il; color : PDF.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Cruz Alta / Unicruz, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural, Cruz Alta, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Nunes Alves.

1. Agricultura familiar. 2. Pluriatividades. 3. Pluriatividade – Agroindústria. I. Alves, Juliano Nunes. II. Título.
CDU 631.15(816.5São Vicente do Sul)

Catalogação Bibliotecária Eliane Catarina Reck da Rosa CRB-10/2404

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO EM SÃO VICENTE DO SUL – REGIÃO DO VALE DO JAGUARI-RS

Elaborado por

Hélio Gelson Simon Fontana

Como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Juliano Nunes Alves

Prof. Dr. Teodoro Tolfo Ribas

Prof. Dr. Cláudia Prudêncio de Mera

Cruz Alta – RS, junho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por estarmos vivos e às bênçãos recebidas todos os dias!

À minha esposa Jocelaine, pelo apoio, e às minhas filhas Heleonora e Heloá, pela paciência e por entender a minha ausência em casa durante meu trabalho e estudos!

À paciência e dedicação de meu orientador Juliano, nas explicações das atividades!

Agradeço também aos informantes-chave do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e aos Produtores Rurais de São Vicente do Sul, que fizeram com que as conversas e trocas de ideias resultassem nesse importante fruto: a dissertação.

Aos colegas do IFFar, pelas conversas, informações e dicas sobre esse tema instigante, sobre o município e a região do Vale do Jaguari, em especial, ao colega, professor e amigo Claudio Brasil, pelas longas conversas que formaram a base deste trabalho.

“O Senhor é o meu pastor; nada me faltará.
Ele me faz repousar em pastos verdejantes.
Leva-me para junto das águas de descanso;
refrigera-me a alma.
Guia-me pelas veredas da justiça por amor do
seu nome. ”
(Salmos 23:1-3)

RESUMO

A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO EM SÃO VICENTE DO SUL – REGIÃO DO VALE DO JAGUARI-RS

Autor: Hélio Gelson Simon Fontana
Orientador: Prof. Dr. Juliano Nunes

A agricultura familiar vem sendo reconhecida e valorizada no cenário nacional e mundial, em função de sua importância para a alimentação e nutrição eficientes, pois difere do chamado agronegócio, que é um grande exportador de *commodities*, uma vez que a agricultura familiar é a categoria social que efetivamente coloca a comida na mesa das famílias, mesmo que indiretamente. A sazonalidade das produções agrícolas abrira espaço para que a agricultura familiar local destinasse parte de sua mão de obra para atividades não agrícolas e, consequentemente, para a pluriatividade. Sabe-se que, na região Vale do Jaguari RS, os moradores do meio rural realizam atividades fora de suas propriedades, em alguns casos até mesmo fora de seus municípios, seja em indústrias da região, seja desenvolvendo atividades no serviço público e no comércio local em turno oposto. Atividades de turismo (rural, ecológico e aventura) também parecem ser desenvolvidas em boa parte dos municípios do Vale do Jaguari, que é caracterizado como uma região que possui alguns rios de água doce e com diversos atrativos naturais, o que facilita o desenvolvimento desse tipo de atividade. Nessa pesquisa, buscou-se conhecer como as atividades pluriativas colaboram para o desenvolvimento econômico e social das famílias que a realizam em São Vicente do Sul. Nesse sentido, em primeiro lugar, é preciso reconhecer a pluriatividade como um fenômeno bastante complexo, que ocorre há muito tempo e que, apesar de já ter sido objeto de estudo de vários pesquisadores, deve ser considerada uma importante estratégia, pois é fruto de uma decisão familiar, visando atingir o bem-estar das famílias num curto a médio espaço de tempo. Usou-se como metodologia uma pesquisa em loco, entrevistas com 25 (vinte e cinco) sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pesquisas bibliográficas, obtendo como resultados as pluriatividades consideradas positivas nas propriedades rurais do município de São Vicente do Sul.

Palavras-chave: agricultura; agronegócio; pluriatividade; estratégia; decisão familiar.

ABSTRACT

PLURIACTIVITY IN FAMILY FARMING: CASE STUDY IN SÃO VICENTE DO SUL - JAGUARI-RS VALLEY REGION

Autor: Hélio Gelson Simon Fontana
Advisor: Prof. Dr. Juliano Nunes

Family farming has been recognized/valued in the national and world scenario, due to its importance for efficient food and nutrition, because it differs from the so-called agribusiness that is a major exporter of commodities, since family farming is the social category that effectively puts food on the table of families, even if indirectly. The seasonality of agricultural production had made room for local family farming to allocate part of its workforce for non-agricultural activities and consequently for pluriactivity. It is known that in the region, Vale do Jaguari RS, rural residents carry out activities outside their properties, in some cases even outside their municipalities. Whether they are in industries in the region, or developing activities in the public service and in local commerce in the opposite shift. Tourism activities (rural, ecological and adventure) also seem to be developed in most of the municipalities of the Jaguari Valley which is characterized as a region that has some freshwater rivers and with several natural attractions, which facilitates the development of this type of activity. Schneider (2003), considers the role of pluriactivity as a strategy of social reproduction of family farming in regions of southern Brazil, reinforcing that agriculture occupies a prominent place in rural areas, whose importance varies according to the characteristics of each region, resulting from the interaction between individual and collective (family) decisions with the social and economic context in which these families are inserted. This research sought to know what they are and how pluriactive activities contribute to the economic and social development of the families that carry it out in São Vicente do Sul. In this sense, first, it is necessary to recognize pluriactivity as a very complex phenomenon, which has occurred for a long time and that although it has already been the object of study by several researchers, it should be considered an important strategy, because it is the result of a family decision to achieve the well-being of families in a short to medium time.

Keywords: farming; agribusiness; pluriactivity; strategy; family decision.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização e principais produtos agropecuários do COREDE Vale do Jaguari ... 17
Figura 2 – Relevo e localização da região do Vale do Jaguari ... 20
Figura 3 – Bioma da região do Vale do Jaguari ... 21
Figura 4 – Zona climática da região do Vale do Jaguari ... 22
Figura 5 – Regime pluviométrico da Região do Vale do Jaguari ... 23
Figura 6 – Carta Hidrográfica do vale do Jaguari ... 24
Figura 7 – A Unidade de Produção Agrícola como um sistema ... 26
Figura 8 – Mapa de localização do município de SVS ... 40
Figura 9 – Imagem Aérea - Entrada Principal do Campus ... 41
Figura 10 – Imagem Aérea – Lagoas e Área de Cultivo do Campus ... 42
Figura 11 – Cartaz Fecobat 2022 ... 44
Figura 12 – Custo lavoura de batata doce ... 45
Figura 13 – Produção da APPROL nas dependências do Campus ... 47
Figura 14 – Produtos comercializados pela APPROL ... 47
Figura 15 – Vista da Prainha do Balneário do Passo do Umbu ... 48
Figura 16 – Carregamento de animais para rodeio no interior do município ... 50
Figura 17 – Baile de Kerbs ... 51
Figura 18 – Exposição e venda de produtos na feirinha do produtor na praça central ... 52
Figura 19 – Corte da Feira Estadual de comércio de Batata Doce em convite para o evento ... 52
Figura 20 – Serviço de alambrador ... 54
Figura 21 – Cerro do Loreto ... 57
Figura 22 – Cerro Seio de Moça ... 57
Figura 23 – Serra de São Miguel ... 58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares 28
Quadro 2 – Alguns autores e estudos sobre a pluriatividade 32
Quadro 3 – Matriz de amarração da pesquisa 33
Quadro 4 – Tipos de pluriatividade em SVS 46
Quadro 5 – Tipo de pluriatividade 59

LISTA DE ABREVIATURAS

COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CONVAJ	Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguari
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FECOBAT	Festa Estadual da Batata Doce
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SAC	Sistema Agrário Colonial
SACC	Sistema Agrário Colonial Contemporâneo
SAI	Sistema Agrário Indígena
SACLO	Sistema Agrário Caboclo
SVS	São Vicente do Sul
UPA	Unidade de Produção Agrícola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
1.1 Problema de pesquisa 14
1.2 Objetivos 15
1.2.1 Objetivo geral 15
1.2.2 Objetivos específicos 15
2 REVISÃO TEÓRICA 16
2.1 O referencial teórico abordado 16
2.2 O Vale do Jaguari: histórico e caracterização 16
2.2.1 Panorama Espacial do Vale do Jaguari-RS 19
2.2.1.1 Relevo 19
2.2.1.2 Bioma 20
2.2.1.3 Solos 21
2.2.1.4 Clima 22
2.2.1.5 Bacias Hidrográficas 23
2.3 Agricultura familiar: conceito e um breve histórico 24
2.4 Pluriatividade: definições, características e importância 29
3 METODOLOGIA DA PESQUISA 33
3.1 Delineamento da pesquisa 34
3.1.1 Em relação aos fins 34
3.1.2 Em relação aos meios 34
3.1.3 Em relação à natureza 34
3.2 Coleta dos dados 35
3.3 Análise dos dados 35
4 RESULTADOS DA PESQUISA 36
4.1 O processo de transformação dos sistemas agrários 36
4.1.1 Evolução dos Sistemas Agrários do Vale do Jaguari - RS 36
4.2 São Vicente do Sul no cenário atual da região 39
4.3 A agricultura familiar de São Vicente do Sul 42
4.4 Tipologia da agricultura familiar pluriativia em São Vicente do Sul 45
4.4.1 Pluriatividade na agroindústria 46
4.4.2 Pluriatividade com balneários 48

4.4.3 Pluriatividade com eventos: rodeios 49
4.4.4 Pluriatividade com eventos: Fecobat, Kerbs e Carnaval e outros 50
4.4.5 Pluriatividade na prestação de serviços agropecuários 53
4.4.6 Pluriatividade com serviço na construção civil 54
4.4.7 Pluriatividade com o serviço público 55
4.4.8 Pluriatividade com o turismo no meio rural 56
5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES ENCONTRADAS 62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 63
REFERÊNCIAS 66
APÊNDICE A 71

1 INTRODUÇÃO

Schneider (2003) acredita que a agricultura familiar está associada às formas de cultivo da terra e produção rural, onde a mão de obra é majoritariamente proveniente do núcleo familiar. Cabe destacar que ela tem como principal característica as pequenas propriedades, de norte a sul do Brasil, com uma produção de alimentos diversificados e importantes para cada região. Aliado a isso, é inevitável que o reconhecimento pelo trabalho da agricultura familiar é primordial para o desenvolvimento (econômico e social) local e regional como um todo.

Dados do IBGE (2006) indicam que a agricultura familiar no Brasil representa 84,4% dos estabelecimentos rurais e ocupa 240 milhões de hectares da área produzida, responsável pela produção de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira, sendo que, no Rio Grande do Sul, 85,75% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares, o que representa 76,80% da mão de obra ocupada nas atividades rurais.

A discussão e importância em relação à agricultura familiar deu-se basicamente no final dos anos 80, período da redemocratização do país, início da década de 90, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Todo esse movimento foi fruto de discussões e objeto de uma agenda organizada e liderada pelos movimentos sociais da época, como o Grito da Terra, entre outros, no Brasil (2016).

Mas, apesar dessa valorização e reconhecimento, nas últimas décadas, a agricultura familiar sempre precisou se adaptar às novas realidades e ruralidades do país e, dessa forma, desde há muito tempo a diversificação das atividades rurais e a pratica de atividades ditas como não agrícolas fazem parte do cotidiano dessa importante categoria social como forma de permanência das famílias no meio rural, mas também como meio de sobrevivência e de melhoria da renda desses pequenos produtores.

Essa diversificação de atividades, alinhando as rurais com as não rurais, realizadas dentro e fora da Unidade de Produção Agrícola (UPA) é o que Schneider (1999, 2003. 2009) chama de pluriatividade e é fruto de diversas pesquisas realizadas pelo autor e por diversos outros pesquisadores, como veremos ao longo desse trabalho. Conforme se amplia o debate e o reconhecimento sobre a importância da agricultura familiar, também se amplia a atenção sobre a complexidade das relações sociais no campo e a pluriatividade como uma forte característica de sobrevivência e reprodução social dessas famílias, conforme Schneider (2009).

Isso posto, este estudo tem como lócus empírico de pesquisa a região do Vale do Jaguari, localizada na região centro oeste do Rio Grande do Sul e pertencente ao COREDE[1] de mesmo nome, é composta por pelos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda, (figura 1). A região do Vale do Jaguari possui uma área total de 11.266 Km², o que corresponde a 4,50% do território do Rio Grande do Sul, sendo São Francisco de Assis o maior município, com 2.508 Km² de área, ou 22,30% da região e o menor Nova Esperança do Sul com 191 Km² ou 1,7% da área regional (COREDE VALE DO JAGUARI, 2021).

Ademais, a região é conhecida como um espaço regional que, desde o passado, possui posição estratégica privilegiada, tanto na geopolítica quanto na economia e pode ser pensada como zona de transição entre o Rio Grande do Sul, desenvolvido, e o "atrasado" economicamente, sendo um corredor entre a Serra Gaúcha e a região da Campanha Gaúcha (DEPONTI, 2007). Seus municípios são caracterizados por apresentar uma economia ligada ao meio rural, na sua maioria, médias e pequenas propriedades e com atividades agropecuárias diversificadas, como: a produção do leite, cultivo da uva, do fumo, criação de aves, bovinos, suínos, produção de olericulturas, entre outras. Essa estrutura produtiva e diversificada faz com que cada município, individualmente, busque alternativas de desenvolvimento que levem em conta suas potencialidades locais (ANÉSE, 2009).

Essa produção diversificada da agricultura familiar local destina-se ao autoconsumo e ao comércio com os aglomerados urbanos da região e fora dela, por meio de relações formais e informais (SILVEIRA, 2013). Quanto ao setor secundário, destacam-se as indústrias de borracha, fumo, couros, peles, agropecuárias e similares (HEDLUND, 2021). Aliado a isso, a perspectiva populacional estimada revela o problema do esvaziamento populacional, com exceção de pequenos municípios, como Capão do Cipó, Nova Esperança do Sul e São Vicente do Sul e Santiago, os demais demonstraram perdas populacionais (HEDLUND, 2021).

1.1 Problema de pesquisa

Silveira (2013) acredita que a pluriatividade e a diversidade produtiva têm muito a ver com a base da propriedade agricultura familiar, já que a maioria das propriedades rurais do Vale

[1] Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE: divisão política do Rio Grande do Sul e serve de unidade de planejamento para as regiões. Atualmente, o RS possui 28 COREDEs, sendo que o COREDE Vale do Jaguari foi criado pelo Decreto n° 45.436, de 09 de janeiro de 2008, mediante desmembramento do COREDE Central.

do Jaguari apresentam menos de 50 ha, sendo o município de Cacequi o de maior concentração de propriedades rurais consideradas grandes, com mais de 100 ha. Diante do exposto, visando analisar e debater a respeito do desenvolvimento da agricultura familiar, este projeto de pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: **como as atividades pluriativas desenvolvidas pela agricultura familiar de São Vicente do Sul - RS interferem nas propriedades, na produção agrícola e no desenvolvimento econômico e social desses produtores?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar quais e como as atividades pluriativas desenvolvidas na agricultura familiar de São Vicente do Sul colaboram para a reprodução socioeconômica das famílias envolvidas, assim como o quantitativo de famílias que realizam esse tipo de atividades.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar e caracterizar a região e os municípios pertencentes ao
- COREDE Vale do Jaguari, bem como a agricultura familiar local;
- Caracterizar a agricultura familiar identificando sua importância econômica e social para a atualidade;
- Apresentar a evolução dos sistemas agrários na região do Vale do Jaguari;
- Descrever os principais tipos de pluriatividades existentes em São Vicente do Sul, indicando sua importância para o processo de desenvolvimento rural e para a inclusão econômica e social dessas famílias.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 O referencial teórico abordado

O capítulo a seguir apresenta os temas abordados no presente trabalho, iniciando pela apresentação da região de estudo o Vale do Jaguari, mostrando o surgimento e a história dessa região, chegando até os dias atuais com suas particularidades econômicas, sociais e ambientais. Aborda, ainda, as questões e conceitos relacionados à agricultura familiar, enfatizando a importância e o contexto atual em que se encontra essa importante categoria social. E finaliza o capítulo com os conceitos, definições e funções que a pluriatividade exerce no meio rural contemporâneo.

2.2 O Vale do Jaguari: histórico e caracterização

O Vale do Jaguari abrange uma porção centro-oeste do Rio Grande do Sul, que apresenta uma condição histórica marcante no cenário gaúcho. Essa região até o início do século XVII foi habitada por índios Guarani (HEDLUND, 2021). Pode-se dizer, ainda, que, oficialmente, a posse da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, por parte do império português, só ocorreu com a invasão e conquista da província das Missões (pertencente a Espanha), realizada por José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso, que culminou com a assinatura do tratado de Badajóz em 1801 (UBERTI, 2012).

Contudo, a colonização da região entra em cena durante o início da Primeira Guerra

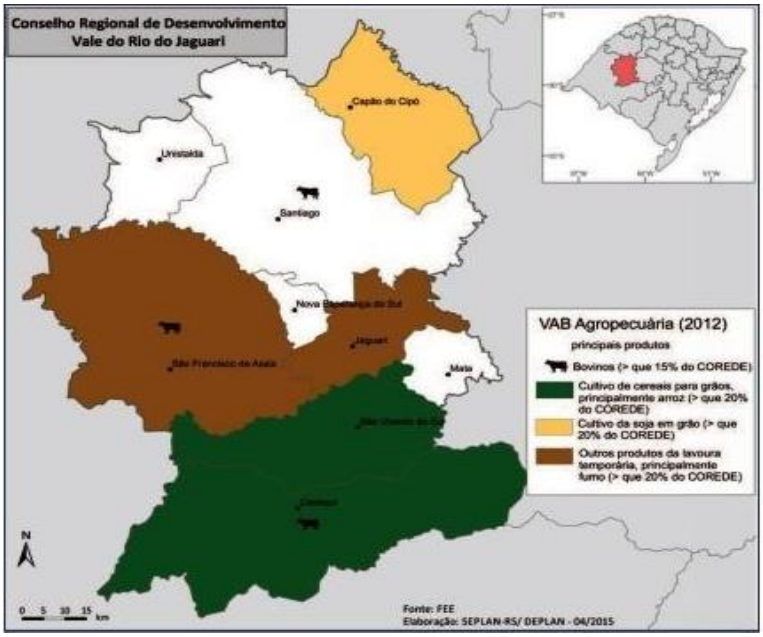
Mundial quando o governo fundou a colônia provincial, chamada de Colônia do Vale do Jaguari. Na colônia providencial do Vale do Jaguari se estabeleceram, inicialmente, imigrantes italianos e, posteriormente, imigrantes alemães, acompanhando a colonização ocorrida em toda a depressão central do Rio Grande do Sul, especialmente da Quarta Colônia de Imigração Italiana (CONVAJ, 2010). Conforme (Hedlund, 2021, p. 37):

> O imigrante se adaptou às terras montanhosas e florestais, embora inicialmente a colonização tenha sido difícil devido à lentidão na demarcação das terras e às precárias condições de vida. A imigração prosperou na região a partir da força de trabalho nos cultivos de agricultura e a criação de ovinos. Os primeiros habitantes da região, onde hoje fica a cidade de Jaguari, foram os índios Guarani até o início do século XVII e aos poucos foram colonizando a região com imigrantes alemães, húngaros, poloneses, russos e portugueses na construção de suas casas, (Hedlund, 2021, p. 37).

Portanto, a região do Vale do Jaguari tem suas origens associada ao contexto histórico do Rio Grande do Sul, da colonização e constituição do território gaúcho, marcado por lutas, imigração e constituição de terras por meio do trabalho, da conjuntura social e econômica que se engendra no espaço. Após o desmembramento da colônia imperial, essa região, ao longo do século XIX, fez parte dos municípios de Rio Pardo, São Borja, Cruz Alta, São Gabriel e, finalmente, de São Vicente do Sul (PONT, 1983 apud UBERTI, 2012).

Atualmente, a região pertence ao COREDE Vale do Jaguari, que foi criado em 2007, na época, tendo sido desmembrado do Corede Central com sede em Santa Maria. O mesmo é composto por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Assim, possui uma área total de 11.266 Km2 de área, o que corresponde a 4,50% do território do Rio Grande do Sul. O maior município em área é São Francisco de Assis, com 2.508 Km2 ou 22,30% da região e o menor é Nova Esperança do Sul, com 191 Km2, o que representa 1,7% da área da região (IBGE, 2016).

Figura 1 – Localização e principais produtos agropecuários do COREDE Vale do Jaguari



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari 2015-2030

Aliado a isso, o Vale do Jaguari encontra-se numa área de transição entre a Depressão Central e o Planalto Meridional, o que confere áreas mais íngremes e outras mais planas. Essa composição geográfica foi importante para o desenvolvimento da agricultura familiar baseada na policultura, já que, juntamente com a geologia, as colonizações italianas e alemãs conferiram o desenvolvimento destas atividades (COREDE VALE DO JAGUARI, 2021). Dados

geográficos da região, apontados pelo francês Auguste Saint-Hilaire, indicam a região como um verde encantador cercado por montanhas e cursos d'água, conforme apresenta Uberti (2012 p. 8):

> Ao cruzar pela mesopotâmia do Vale o naturalista atravessou os respectivos cursos d' água caracterizando-os como rios de quarta grandeza. Cabe destaque que os rios correm no sentido leste-oeste e a região onde ambos nascem são espaços de planalto. Em seus caminhos rumo à bacia do Ibicuí Mirim cortam a ramificação da Serra Geral (Serra de São Xavier) e desembocam na parte mais plana da região, composta por campos, várzeas e coxilhas (UBERTI, 2012, p. 8)

Dados do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul indicam que o Vale do Jaguari localiza-se na Metade Sul do rio Grande do Sul, uma região que apresenta algumas características diversificadas em relação ao Norte do Estado, pois a perda do dinamismo da economia regional (redução do PIB industrial), uma economia baseada no setor primário, causou uma baixa capacidade de absorção e retenção de mão de obra, o que tem gerado o êxodo rural e, consequentemente, uma migração regional (DEPONTI, 2002). Dessa forma, os municípios da região, quanto ao número de habitantes, são considerados pequenos, já que possuem menos de 50 mil habitantes, sendo o maior deles Santiago, com uma população total de 49.071 habitantes e o menor Unistalda, com uma população total de 2.450 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1 – População dos municípios da região do Vale do Jaguari/RS

Município	**População**			
	População total (Censo do IBGE, 2010) (habitantes)	Estimativa da população 2019 (habitantes)	População urbana (censo 2010) (habitantes)	População rural (censo 2010) (habitantes)
Cacequi	13.676	12.561	11.964	1.721
Capão do Cipó	3.104	3.651	519	2.588
Jaguari	11.473	10.848	6.531	4.947
Mata	5.111	4.823	2.618	2.493
Nova Esperança do Sul	4.671	5.352	3.599	1.072
Santiago	49.071	49.425	44.746	4.336
São Francisco de Assis	19.254	18.335	13.499	5.759
São Vicente do Sul	8.440	8.721	5.881	2.559
Unistalda	2.450	2.338	913	1.540

Fonte: IBGE Cidades, 2020

Todos esses municípios são caracterizados por atividades agropecuárias diversificadas (Figura 2), em que se destacam o leite, uva, fumo, aves, bovinos, suínos, olericulturas, entre outras. A soja também vem sendo fortemente difundida na maioria dos municípios, assim como o milho e o arroz, esse último em menor escala. Mas, apesar dessa produção diversificada, a região do Vale do Jaguari ainda é tida como atrasada do ponto de vista econômico, social e cultural, em relação a outras regiões do Estado (BRASIL, 2016).

Atividades ligadas à agricultura familiar são bastante intensivas nos vários municípios e desenvolvidas, na maioria, em pequenas, algumas em médias, propriedades rurais. Contudo, é visível que, em alguns desses municípios, há uma absoluta predominância de minifúndios, que, ao logo das décadas, adotaram sistemas de produção embasados no modelo tecnológico da chamada Revolução Verde[2]. Observa-se, na Tabela 1, que a população rural é pouco expressiva, principalmente em municípios como Cacequi, Santiago e São Francisco de Assis, representando um esvaziamento do campo. Além disso, com exceção de pequenos municípios, como Capão do Cipó, Nova Esperança do Sul e São Vicente do Sul e Santiago, os demais demonstraram perdas populacionais (HEDLUND, 2021).

Brasil (2016) cita que a agricultura familiar da região tem buscado adaptar-se às mudanças impostas pela economia e agricultura contemporâneas e pelas novas exigências do meio rural. Entre elas, é perceptível a crescente diversificação da produção e o aumento da ocupação da mão de obra com atividades consideradas não agrícolas, como é o caso da chamada pluriatividade.

2.2.1 Panorama Espacial do Vale do Jaguari-RS

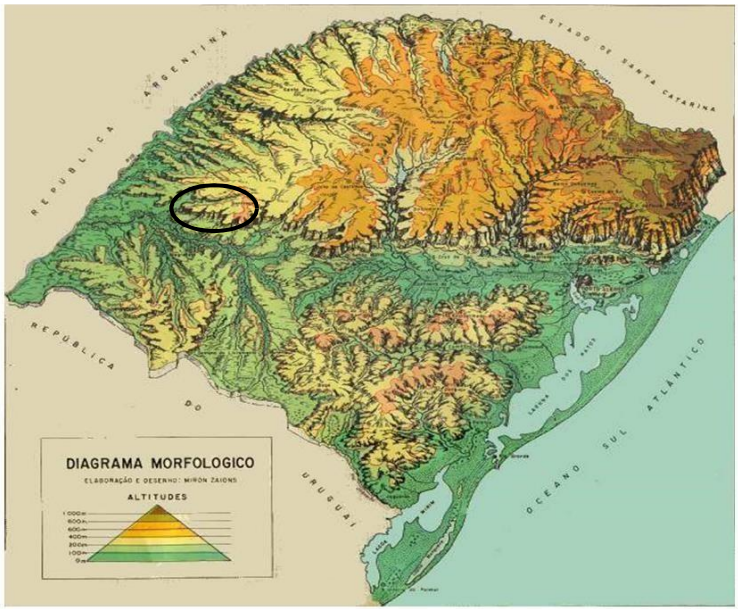
2.2.1.1 Relevo

O relevo do Vale do Jaguari apresenta ondulações bem acentuadas e acompanhas as escarpas ao longo de toda a depressão central, com declividade que varia de 200m até 400m ao nível do mar nas regiões mais alta. Segundo Ilha e Molinari (2005), o Vale do Jaguari apresenta relevo bastante acidentado, entremeado de vales, cerros e chapadões, possuindo características semelhantes com a região da serra gaúcha, aliada pela presença da cultura italiana.

[2] Também conhecido como Processo de Modernização da Agricultura, foi um programa incentivado pelo EUA, que teve como objetivo o aumento da produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes e insumos, fertilização do solo e utilização intensa de máquinas e implementos visando o aumento significativo da produtividade.

Sua localização está situada no extremo oeste do estado, basicamente no fim da depressão central que se estende desde a bacia litorânea até próximos à campanha. Segundo Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguari (CONVAJ) (2010): “A região está localizada entre as unidades geomorfológicas do Planalto Meridional e a Depressão Meridional”. O terreno apresenta formas bem comuns de afloramentos rochosos, evidenciando como os solos do Vale do Jaguari, assim como característico das encostas, são rasos. No centro de duas paisagens distintas, o Vale do Jaguari se concentra dentre o Pampa Gaúcho e o Planalto. A imagem 03 mostra detalhadamente o local e o relevo do Vale do Jaguari.

Figura 2 – Relevo e localização da região do Vale do Jaguari



Fonte: Ney Gastal.

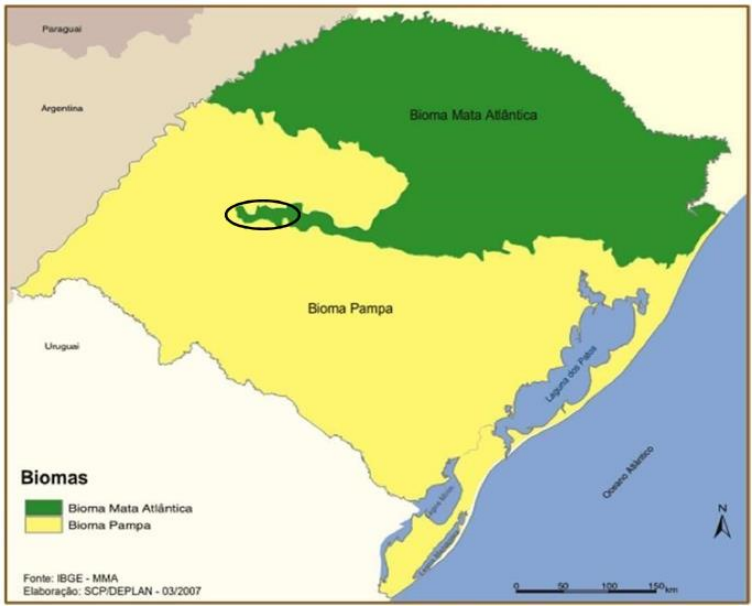
2.2.1.2 Bioma

A região do Vale do Jaguari, conforme Convaj (2010), está situada no bioma da Mata Atlântica. Segundo Marcuzzo, Pagel e Chiappetti (1998), ela apresenta características de uma floresta estacional decidual e sem decidual, pois, em determinadas épocas do ano, perdem suas folhas. As características da Mata Atlântica, segundo Marcuzzo, Pagel e Chiappetti (1998, pg.

15), “abrange um conjunto de diferentes paisagens, incluindo formações vegetais contínuas, propiciando uma concepção geral e integrada deste bioma e, ainda, um corredor de vida silvestre”.

Dessa forma, o Vale do Jaguari possui uma vasta e heterogênea diversidade de flora e fauna características da Mata Atlântica, entre esses, estão presentes animais, como os Capinchos, as Seriemas, os Tatus, os Guarás, os Guaxinins, as Lebres, os Bugios, as Saracuras, as Garças, os Socós, e variadas raças de répteis. Dentre a flora, é possível encontrar umas em maior proporção e outras nem tanto, árvores, como Palmeiras, Bromélias, Begônias, Orquídeas, Cipós, Briófitas, Jacarandá, Peroba, Jequitibá-Rosa, Cedro, Tapiriria, Andira, Ananas e Figueiras, estão presentes, além de florestas de Eucaliptos e Pinus. Assumindo, assim, as características da Mata Atlântica, com a presença de árvores de médio e grande porte, formando uma floresta fechada e densa, sendo, dessa forma, rica em biodiversidade.

Figura 3 – Bioma da região do Vale do Jaguari



Fonte: Ney Gastal.

2.2.1.3 Solos

Por meio da geografia característica das regiões de encostas e segundo o Convaj (2010), determina-se que os principais solos encontrados na região do Vale do Jaguari são:

-**Alissolos**: são pouco profundos (50-200 cm) e podem apresentar cascalho ao longo do perfil. A fertilidade natural é muito variável e são característicos das áreas de relevo suave, ondulado ou forte ondulado, como no Planalto Sul-Rio-Grandense. Nesses solos, são cultivados, principalmente, pastagens e culturas de subsistência (MOSER; EMBRAPA, 1990).

-**Plintossolos**: são fortemente ácidos, normalmente mal drenados e característicos de áreas de várzeas e com relevo plano ou suavemente ondulado. Porém, também estão presente

em áreas mais onduladas. Encontram-se, normalmente, em bordas de platôs e áreas ligeiramente dissecadas de chapadas e chapadões e apresentam potencial agrícola, sendo muito utilizado com o cultivo de arroz irrigado (EMBRAPA, 2011).

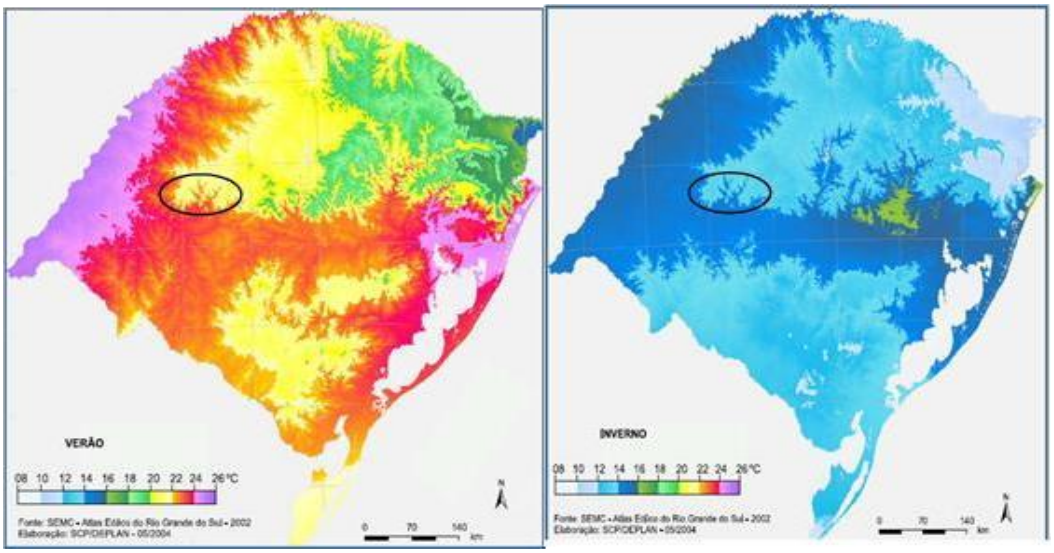
-**Neossolos**: variam de solos rasos até profundos e de baixa à alta permeabilidade. Estão presente em áreas de relevos muito movimentados (ondulados a montanhosos). Nesses ambientes, os Neossolos mais rasos apresentam fortes limitações para o uso agrícola relacionado à restrição, à mecanização e à forte suscetibilidade aos processos erosivos (EMBRAPA, 2011).

2.2.1.4 Clima

Segundo o Convaj (2010, p.04), "as temperaturas médias anuais têm uma variação aproximada entre 16°C a 20°C. No período de inverno entre 12°C a 16°C, no verão atinge médias entre 21°C a 25°C". Em épocas de verão intenso com média pluviométrica baixa, torna-se comum o rebaixamento dos níveis dos rios, provocando fortes impactos na agricultura e prejuízo na pecuária, pois grande parte dos criadores se beneficia dos leitos dos rios como forma de água para os animais e irrigação para agricultura.

Nos períodos de inverno, com as temperaturas baixas e ocorrência de geadas, as principais prejudicadas com o declínio das temperaturas são as culturas perenes, que sofrem queimaduras superficiais, que passam a impactar diretamente na produção da safra seguinte. Assim, métodos de manejo adequados são de suma importância nesse período.

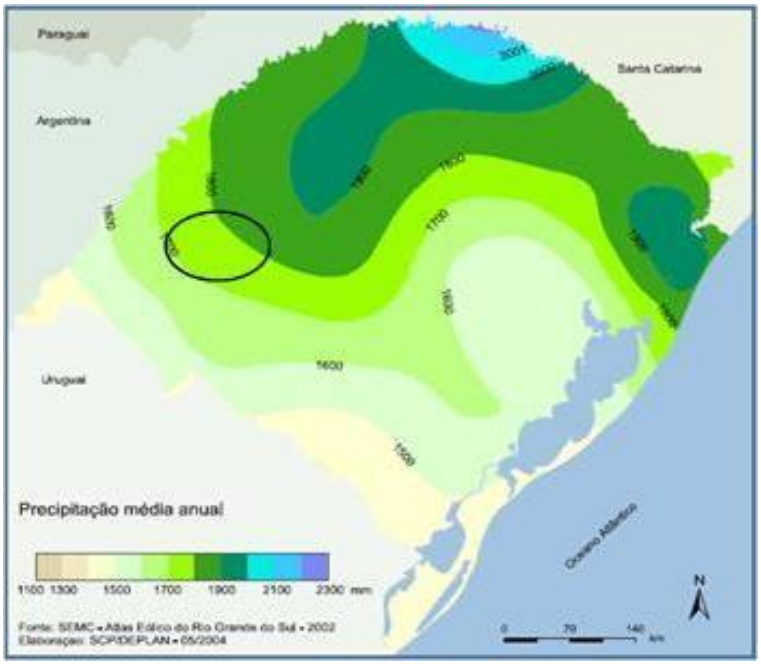
Figura 4 – Zona climática da região do Vale do Jaguari



Fonte: Ney Gastal.

Nos anos chuvosos, a precipitação da região do Vale do Jaguari chega a uma média de 1800 mm a 1700 mm ao ano. Isso se torna um problema para a agricultura, pois, como se encontram em um terreno com bastante declividade, o risco de erosão é alto. Já nos anos menos chuvosos, essa média cai em níveis bem acentuados, provocando problemas ocasionados pela falta de água. Segundo o Convaj (2010, p. 03), "o regime pluviométrico de sua área de abrangência constitui-se de médias anuais entre 1.600 a 1.900 mm de chuvas bem distribuídas, com médias trimestrais entre 440 a 480 mm".

Figura 5 – Regime pluviométrico da Região do Vale do Jaguari

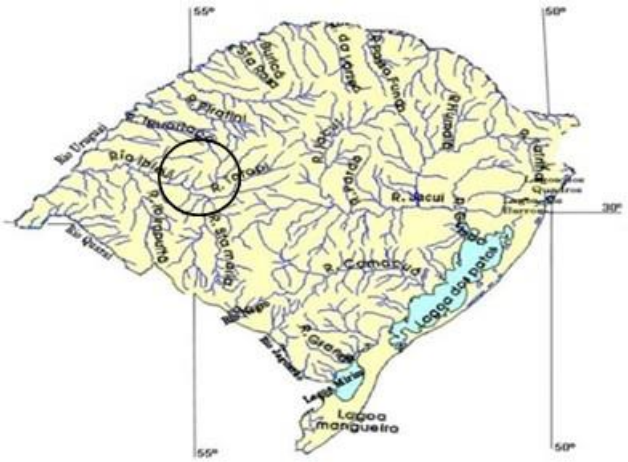


Fonte: Ney Gastal.

2.2.1.5 Bacias Hidrográficas

A região do Vale do Jaguari é cortada pelo rio Ibicuí, que pertence à bacia do rio Uruguai. Segundo Uberti (2012, p. 08), o Vale de Jaguari é cortado "no sentido norte, o rio Jaguari, no Sul, o rio Toropi e pelo Oeste o Ibicuí", sendo o principal curso d'agua da região o rio Jaguari. Ele possui vários afluentes, como o rio Pessegueiro, Cambará, Tunas, Caracol, Taquarichim, Pinheiro, Jaguarizinho e Piquiri (COMITÊ IBICUÍ, 2013).

Figura 6 – Carta Hidrográfica do vale do Jaguari



Fonte: Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, 2013.

2.3 Agricultura familiar: conceito e um breve histórico

Faz-se cada vez mais importante pesquisas e projetos relacionados à agricultura familiar, pois, no contexto contemporâneo, essa categoria social apresenta um papel essencial para sociedade, isto é, fornece alimento para o mercado consumidor, fortalecendo a segurança e a soberania alimentar. Mesmo não tendo a mesma produtividade em números estatísticos que o agronegócio, é na agricultura familiar que se processam os rumos da alimentação de uma nação, mesmo em um país enorme, como é o caso do Brasil.

Diversos autores e trabalhos (re)afirmam que a agricultura familiar possui características distintas, sendo que as principais estão relacionadas à mão de obra utilizada (familiar), ao tamanho da propriedade, à direção dos trabalhos e à renda gerada pela atividade agrícola. Para Abramovay (1992), a agricultura familiar caracteriza-se como uma unidade indissociável entre a sua necessidade de produção e de consumo, os chamados excedentes de produção, assim o autor acredita que ela é uma consequência do chamado campesinato:

> [...] referindo-se ao caso dos camponeses do Sul do Brasil, integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. De camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que antes era um modo de vida converte- se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 992, p. 106).

Para Wanderley (1999), essa estratégia e noção de agricultura familiar deve ser entendida de como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho na unidade de produção familiar. Para a autora, essa estratégia família-produção-trabalho, mais do que a diferença quanto aos níveis de renda atingida, que apenas reconstrói o perfil momentâneo dos agricultores familiares, é a diferenciação das estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar (WANDERLEY, 2009).

Para Schneider (1999), uma das características e das estratégias dessas famílias é ocupar a mão de obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas, assim os agricultores familiares frequentemente conciliam a mão de obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades quando há carência de mão de obra familiar. Guanziroli *et al*. (2001) afirmam que, diferentemente da nomenclatura, a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro e, consequentemente, fator de essencial influência no cenário econômico de sustentabilidade e de crescimento.

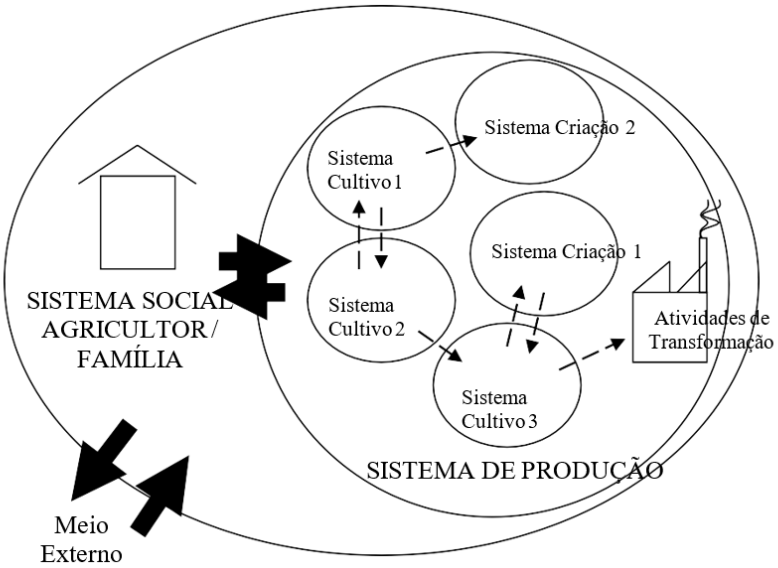
Buainaim e Romeiro (2000) acreditam que uma das características importantes da agricultura familiar é o desenvolvimento de sistemas complexos de produção que combinam várias culturas, criações de animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. O que realmente a caracteriza é a efetiva participação da mão de obra familiar nas atividades realizadas, sejam elas agrícolas, sejam não-agrícolas, reforçando, assim, a importância da diversificação da produção nas pequenas propriedades, pois, ao se definir agricultura familiar contemporânea, deve-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta (FIALHO, 2000).

Para Germer (2002), é importante destacar o perfil empreendedor, pois, segundo o autor, o termo agricultura familiar advém da concepção norte-americana de produção familiar, em que a denominação "produtor familiar" representava o pequeno produtor ousado, o homem da fronteira e o pequeno industrial inovador representado na agricultura pelo *farmer*. Souza Filho e Batalha (2005) afirmam que a agricultura familiar não está apenas relacionada às dimensões de áreas para as propriedades, mas, principalmente, ao nível de desenvolvimento tecnológico e aos sistemas de produção adotados nas mesmas.

Para Brasil e Miguel (2016), as características da agricultura familiar apontam uma unidade familiar como um grande sistema aliado às funções comercial e de serviços. Por isso, os autores indicam a necessidade de uma análise mais ampla e detalhada, afinal deve-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada na participação

do trabalho assalariado, seja no trabalho familiar não agrícola. Assim, os autores sugerem a utilização da abordagem sistêmica[3] para os estudos relacionados a uma UPA tipicamente familiar, conforme mostra a figura 08:

Figura 7 – A Unidade de Produção Agrícola como um sistema



Fonte: Brasil e Miguel (2016).

Silva Neto (2005) acredita que a abordagem sistêmica tem analisado e auxiliado a agricultura de forma significativa em trabalhos de pesquisa e extensão rural e que, apesar de ter surgido como uma resposta a visões puramente disciplinares, essa abordagem, ao longo do tempo, tem se mostrado como um novo paradigma para questões relacionadas ao desenvolvimento rural.

Brasil (2016) cita que as discussões a respeito da agricultura familiar são recentes, a partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a ganhar *status* no cenário nacional, principalmente em virtude do pacote tecnológico que era destinado aos médios e grandes

[3] Trabalhos e pesquisas sobre a abordagem sistêmica na agricultura podem ser conhecidos em:
WAGNER, Saionara Araújo et al. (Org.); Universidade Aberta do Brasil; UAB/UFRGS (Coord.). Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. Disponível em:https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213973/000783600.pdf?sequence=1.
MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários. p. 13-40, 2009. Disponível em:https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189267/000740556.pdf?sequence.
SILVA, Camila Vieira da; DE ANDRADE MIGUEL, Lovois. Extrativismo e abordagem sistêmica. Novos Cadernos NAEA, v. 17, n. 2, 2014. Disponível em:https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1580.
BRASIL, Claudio Raimundo de Bastos; MIGUEL, Lovois de Andrade. Agricultores Familiares e Pluriatividade: Um Estudo no Corede Vale do Jaguari/Rs. Disponível em:http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6256.pdf.

proprietários de terras e aos produtos destinados à exportação, o que ameaçava a sobrevivência dos pequenos produtores no meio rural. Foi um período em que ocorreram o surgimento de diversas ações, programas e eventos de apoio e estímulo à agricultura familiar, tais como:

- Criação do Programa de Valorização do Pequeno Agricultor - PROVAP em
- 1994;
- Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –
- PRONAF, em 1995;
- Criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, criado em 1998;
- Criação da Secretaria da Agricultura Familiar criada em 2003;
- Representação sindical por meio da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF;
- Promulgação em 2006 a Lei da Agricultura Familiar, reconhecendo a agricultura familiar como profissão;
- Em 2011, a Assembleia Geral da ONU declarou 2014 como o Ano internacional da Agricultura Familiar, etc.

Para o autor, a agricultura familiar recebe uma atenção especial por parte do mundo acadêmico, com vários estudos relacionados ao tema, e do Estado, com políticas públicas voltadas especificamente a essa classe produtora. A partir dos anos 2000, o Brasil torna-se um líder na América Latina, passando a ser respeitado em termos de desenvolvimento econômico, pelo que e como desenvolve, e as políticas públicas voltadas aos mais necessitados passam a ser um exemplo a nível mundial.

As ações dos movimentos sociais voltados à agricultura intensificam-se, na sua maioria, com o objetivo de disponibilizar e expandir crédito agrícola e o apoio institucional às famílias de pequenos produtores rurais desassistidos (quilombolas, índios, mulheres, etc.) e às atividades (turismo, pesca, outros) que não foram atendidos pelas políticas públicas anteriormente adotadas. No mesmo período, ocorreu a criação do MDA, para atender exclusivamente os agricultores familiares e desenvolver a reforma agrária e de outros instrumentos facilitadores para o agricultor familiar brasileiro, como: PNAE, PNATER, Mais Alimentos, PAA, Seguro Agrícola, entre outros (BRASIL, 2016, p. 13).

> Schneider (2003), acredita que independentemente
> da forma de se definir a agricultura familiar, faz-se necessário levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada na participação do trabalho assalariado ou no trabalho familiar não agrícola, para o autor o mais importante é que a essência da mão de obra familiar, seja ela agrícola ou não agrícola, seja ele pluriativa ou não. Ademais, a importância social, política e institucional da

> agricultura familiar pode ser observada através da sua contribuição para a alimentação do país, Schneider (2007).

Contudo, o que se tem visto desde 2016 é uma redução drástica das políticas públicas voltadas a essa categoria social, como a extinção de órgãos, cortes orçamentários e descontinuidade de ações. Aliado a isso, a pandemia da COVID -19 aumentou ainda mais o acesso dessas famílias à geração de renda, pois seu papel na distribuição e venda de alimentos ficou ainda mais prejudicado. Um exemplo foi o Plano Safra 2021/2022, que liberou R$ 39,3 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), porém o mesmo manteve metas voltadas às cadeias produtivas de commodities, como é o caso da soja, sendo que tal programa deveria estar voltado ao apoio da produção agrícola para o mercado interno, principalmente visando a redução da fome que assola o país nos últimos anos GEPAD/UFRGS (2022).

Isso posto, sabe-se que o que destaca a agricultura familiar como unidade de análise baseia-se nas informações oriundas da FAO/Incra, que dividem as propriedades agropecuárias em Modelo Patronal e Modelo Familiar, conforme quadro abaixo, e da ascensão dessa última na busca contínua por recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

Quadro 1 – Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares

Modelo Patronal	**Modelo Familiar**
Separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão relacionados.
Organização centralizada.	Direção da produção diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas padronizadas.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Predomínio do trabalho assalariado.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento".	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Veiga, 2001.

Os diversos conceitos bordados, culminado com o quadro acima exposto, nos remete a acreditar que a agricultura familiar atual se trata de uma concepção genérica que apresenta uma gama diversa de situações extremamente particulares. E, talvez por essa necessidade de adaptação e diversificação na busca de uma renda complementar, a agricultura familiar tem

buscado e desenvolvido há muitos anos a chamada pluriatividade, assunto a ser abordado no capítulo a seguir.

2.4 Pluriatividade: definições, características e importância

As referências anteriores apontaram que a ascensão e reconhecimento da agricultura familiar se deram a partir dos anos de 1990, porém as discussões em torno da multifuncionalidade e da nova ruralidade, assim como o fenômeno da pluriatividade e das rendas não agrícolas, podem-se dizer que são antigas.

Chayanov (1974) percebe a pluriatividade como uma forma de planejamento e organização, econômica e social, da agricultura familiar perante as dificuldades impostas pelo mercado, principalmente quando a UPA não consegue absorver toda mão de obra da família existente no núcleo familiar. Isso significa dizer que a pluriatividade é uma estratégia familiar e dependerá muito das características locais e regionais onde a UPA está inserida. Kautsky (1980) discutia como os camponeses beneficiavam-se dos recursos gerados pelos trabalhos acessórios e palas atividades não agrícolas da sua época.

Dell Grossi e Graziano (1998) veem a pluriatividade como a unificação de atividades agrícolas com a realização de atividades que possam gerar ou não rendas às famílias, independentemente de serem atividades internas ou externas à UPA. Para esses autores, é preciso entender e diferenciar a agricultura familiar inclusive quando se fala em atividades que geram rendas não agrícolas:

> Os programas de apoio à agricultura familiar não podem continuar ignorando que uma parte cada vez mais importante da renda dos seus beneficiários potenciais provém de atividades não agrícolas e de transferências previdenciárias do poder público. O critério de exigir que a maior parte da renda se origine de atividades agrícolas, como acontece no PRONAF, só beneficia as famílias agrícolas com maiores áreas que acabam nele se enquadrando. As famílias agrícolas de menores áreas e as pluriativas acabam sendo em sua maioria excluídas dos programas de apoio à agricultura familiar por terem uma elevada proporção de suas rendas originárias de atividades não agrícolas (GRAZIANO e DEL GROSSI, 1999, p.53).

Schneider (2001) acredita que a busca da agricultura familiar por uma atividade não agrícola não significa que esse produtor pretende encerrar com as atividades agrícolas tradicionais ou com determinadas atividades da propriedade. Por isso, ele acredita que conhecer o perfil dessas famílias e dessas propriedades é importante como forma de se compreender essas decisões em torno da pluriatividade:

> Que as avaliações da Sociologia da Agricultura parecem satisfatórias em relação aos aspectos macrossociológicos pelos quais se explica o recurso dos agricultores às atividades não agrícolas. Contudo, elas têm pouco a dizer sobre as motivações dos indivíduos, sobre como tomam suas decisões de dispêndio ou investimento, ou mesmo sobre os projetos que orientam suas estratégias de busca de alternativas materiais à sua reprodução social. Ou seja, para entender a complexidade das relações sociais engendradas nesse processo, é preciso estudar a pluriatividade a partir do modo como é exercida pelos próprios agricultores familiares. Dessa forma, é preciso adentrar no ambiente intrafamiliar para conhecer melhor os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa e de que modo ela exerce essa pluriatividade (SCHNEIDER, 2003, p. 115).

Isso corrobora com as palavras de Graziano (1999) quando o mesmo cita que a pluriatividade, ao gerar rendas não agrícolas à agricultura familiar, efetivamente colabora para manter a população rural na propriedade:

> O meio de reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia, é com a criação de empregos não agrícolas em zonas rurais, é a única estratégia capaz de simultaneamente, manter a população rural nos seus locais e elevar a renda. Importantes instituições internacionais vêm insistindo na proposta de retomar a ideia de desenvolvimento rural a partir de um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda as pessoas residentes no meio rural (GRAZIANO, 1999, p. 26).

Na mesma linha, Baumel e Basso (2004) corroboram com a ideia de que pluriatividade são mecanismos de expansão e sobrevivência e, portanto, auxiliam no desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar:

> A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL e BASSO; p. 139, 2004).

Outros autores vão de encontro a essas ideias anteriores, pois acreditam que a pluriatividade pode ser uma forma da agricultura familiar ficar fragilizada. Rua (2006) identifica as atividades pluriativas como uma forma de abandono das atividades agrícolas. Já Fialho (2000) acredita que a pluriatividade pode ocasionar a redução da mão de obra existente na UPA, sobrecarregando os demais membros da família. Além disso, Ricardo (2011) acredita que esse tipo de atividade, por ser periódica e não sazonal, pode desvincular as famílias da sua atividade agrícola principal, ocasionando o agravamento da pobreza no campo.

O fato é que, para a agricultura familiar, o trabalho agrícola e não-agrícola exercido de forma complementar pelos membros da família que residem na propriedade frequentemente se

deve à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que compromete sua renda, obrigando essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar de renda (SCHNEIDER, 2003).

Wanderley (2004) acredita que a pluriatividade e a agricultura familiar sempre estiveram ligadas, afinal essas famílias, além de cultivarem a terra e criar seus animais, buscam outras alternativas de ocupação e renda para a mão de obra ociosa na família, contribuindo para permanência no meio rural e uma melhor qualidade de vida a todos. Ellis (2000) vê a pluriatividade como um tema um tanto complexo quando abordamos propriedades rurais que precisam produzir seu próprio sustento e o acesso aos recursos apresenta-se com um desafio. Para a autora, isso somente é possível quando se tem acesso ao capital natural, social, físico e financeiro. Reforçando essas palavras, Schneider disserta

> A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se prática a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências, (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Kageyama (2008) percebe a pluriatividade como um fenômeno que combina ao menos duas atividades, uma delas sendo a agricultura. A autora acredita que esse tipo de atividade pode representar um vetor de desenvolvimento das áreas rurais, afinal são atividades que oportunizam novas formas de trabalho e geração de renda. Schneider (2009) e Fialho (2000) corroboram com o exposto quando afirmam que a pluriatividade é resultado das decisões tomadas pelo núcleo familiar, conforme o contexto social e econômico atual dessas famílias, que se utilizam da pluriatividade para geração de uma renda não agrícola, mas principalmente na busca por uma melhor qualidade de vida. Brasil (2016) vai nessa mesma linha quando cita o fenômeno da pluriatividade em Nova Esperança do Sul, município pertencente à região do Vale do Jaguari, foco empírico de seu trabalho de pesquisa:

> A análise pormenorizada deste trabalho, indica a pluriatividade não apenas como mais uma forma de geração de renda, mas também como uma alternativa para permanência no meio rural e principalmente como uma estratégia adotada pelos produtores a fim garantir que cada uma dessas UPAs mantenha- se eficientes em termos econômicos, sociais e até mesmo ambientais, garantindo assim a sua verdadeira sustentabilidade, (Brasil, 2016, p. 127).

Assim, pensar a pluriatividade torna-se cada vez mais importante, dado a possibilidade de desenvolvimento rural sustentável e a movimentação da agricultura familiar na sua organização. Com isso, a agricultura familiar pluriativa tem a capacidade para descobrir um

rural criativo, determinado e conhecedor de suas estratégias de sobrevivência, garantindo uma relação positiva com a natureza e com o mercado local (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Isso posto, salienta-se que o fenômeno da pluriatividade não deve ser compreendido como a solução econômica e social para a agricultura familiar, mas como uma estratégia, coletiva ou individual, de reprodução num contexto de inúmeras limitações [4] para o desenvolvimento dessa categoria social agrícola, cuja base do trabalho baseia-se na mão de obra familiar. Destarte, o objetivo deste trabalho não é finalizar as discussões sobre esse importante tema ligado à agricultura familiar, pelo contrário é apresentar essa estratégia de sobrevivência oriunda de trabalho agrícola e não agrícola e quem vem sendo pesquisado há um bom tempo, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 2 – Alguns autores e estudos sobre a pluriatividade

Ano	Autor	Empírico	Características	Importância
1999	Schneider	Vale dos Sinos	Decisão familiar	Renda extra
2016	Brasil	Nova Esperança do Sul	Diversificação	Dinâmica rural
2020	Castro/ Pereira	Rio de Janeiro	Desenvolvimento	Novas oportunidades
2021	Nascimento/ Aquino/ Delgrossi	Uberlândia/ Assú/ Brasília	Paradoxo da Agricultura familiar	Tendências recentes
2021	Santos	Fortaleza - CE	Diversificação	Ensaios sobre agricultura
2022	Fontana	São Vicente do Sul	Novas Tipologias	Econômica e social

Fonte: O Autor

[4] É fato que, nos dias atuais, o modelo de agricultura adotado a partir dos mercados globais, das chamadas *commodities* agrícolas, é incapaz de incluir e (re)construir alternativas frente à vulnerabilidade econômica e social que atinge o meio rural brasileiro e, principalmente, a agricultura familiar (NIEDERLE; GRISA, 2008).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos que nortearam a concretização desta pesquisa e tem por objetivo explicar a forma como a mesma foi conduzida, apresentando a abordagem e procedimentos adotados, o universo do estudo e indicando como foi realizada a coleta de informações junto aos informantes-chave e a análise de conteúdo adotada. Sabe-se que a metodologia tem extrema importância para a realização de uma pesquisa, pois são os métodos que apontam as técnicas a serem utilizadas. Ademais, por meio deles, o pesquisador irá atingir o objetivo geral do estudo e todo o andamento da pesquisa será guiado (MARCONI; LAKATOS, 2010; DEMO, 2013). Nesse sentido, o Quadro 3 abaixo evidencia o esquema do processo de delineamento da pesquisa por meio de uma matriz de amarração.

Quadro 3 – Matriz de amarração da pesquisa

Problema de Pesquisa: Quais as principais atividades pluriativas desenvolvidas em unidades de produção tipicamente familiares do município São Vicente do Sul/RS?				
Objetivos de Pesquisa				
Geral	**Específicos**	**Fundamentação Teórica**	**Pontos de Investigação**	Técnicas de Coleta de Dados
Identificar quais e como as atividades pluriativas desenvolvidas na agricultura familiar dos municípios pertencentes ao COREDE Vale do Jaguari colaboram para a reprodução socioeconômica das famílias envolvidas.	Identificar e caracterizar os municípiospertencentes aoCOREDE Vale doJaguari, bem como a agricultura familiar daregião;	O Vale doJaguari	História, caracterização,colonização, seus municípios e aagricultura familiar da região?	Pesquisa bibliográfica edocumental em livros, artigos e sites comoIBGE, FEE eFórum dosCOREDES;
	Caracterizar a agricultura familiaridentificando suaimportância econômica e social para aatualidade;	Agricultura Familiar	Principais conceitos, histórico e as políticas públicasde desenvolvimento da categoria?	Pesquisa bibliográfica edocumental em livros e artigos disponíveis no*GoogleScholar*,*Censo agropecuário.Entrevista com agricultores.*
	Descrever a pluriatividade existente no município de São Vicente do Sul e a importância para as famílias locais.	Pluriatividade	Quais os conceitos, principais características e a importância?	Pesquisa bibliográfica e documental em livros e artigos disponíveis no *Google Scholar* e entrevistas com agricultores.

	Apresentar trabalhos já realizados sobre a pluriatividade como alternativa de renda e melhoria na qualidade de vida.	Agricultura Familiar X Pluriatividade	Quais as relações existentes? São indissociáveis?	Pesquisas diversas em livros, artigos, TCCs e Dissertações anteriores.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.1 Delineamento da pesquisa

3.1.1 Em relação aos fins

A presente pesquisa enquadra-se como exploratória e descritiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, envolvendo pesquisa documental, levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que estimulem a compreensão. Já a pesquisa descritiva diz respeito ao pesquisador apenas registrar e descrever os fatos observados, sem interferir nada neles. Ademais, esse tipo de pesquisa descreve as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.1.2 Em relação aos meios

Gil (2002) cita que a escolha do método adequado para desenvolvimento de uma pesquisa depende do objetivo e, consequentemente, das questões que o pesquisador quer responder. No que tange aos meios, o presente trabalho se enquadrou como um estudo de caso documental e bibliográfico (BOAVENTURA, 2004). Aliado a isso, o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. Cabe, ainda, destacar que os demais tipos de pesquisa também envolvem o estudo bibliográfico, pois todas necessitam de um referencial teórico (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.1.3 Em relação à natureza

A abordagem metodológica a ser utilizada nesse tipo de pesquisa deve ir ao encontro não apenas dos objetivos traçados, mas também dos pressupostos ontológicos e metodológicos que norteiam a realidade e o mundo como ele realmente é. Isso posto, esta pesquisa proporciona o uso de uma abordagem qualitativa, pois fará a obtenção de dados descritivos de trabalhos anteriores sobre a situação do objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o

pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situar sua interpretação dos fenômenos estudados (NEVES, 1996).

Ademais, a pesquisa qualitativa mostra ao pesquisador o mundo como ele é, oportunizando uma riqueza de interpretações, uma visão sistêmica do ambiente estudado e apresentando de forma clara e precisa as experiências individuais e coletivas dos produtores a serem pesquisados (SAMPIERE; COLLADO; LUCIO,2006).

3.2 Coleta dos dados

Conforme já demonstrado, a coleta de dados se deu por meio de pesquisas documentais e bibliográficas realizadas em livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso e dissertações que permeiam os temas da agricultura familiar e pluriatividade. Aliado a isso, pesquisas sobre a região de estudo também serão observados em sites, como FEE, IBGE, Fórum dos COREDES, entre outros.

Buscou-se, também, realizar uma pesquisa com 25 (vinte e cinco) colaboradores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Vicente do Sul – agricultores –, aqui chamados "informantes-chave", ou seja, pessoas com profundo saber em relação não apenas à agricultura familiar local e regional, mas também à colonização e, consequentemente, à formação econômica e social da região do Vale do Jaguari e, principalmente, de São Vicente do Sul, sendo o principal objetivo identificar as famílias locais que exercem algum tipo de pluriatividade, o fator de impacto e a representatividade dessas atividades pluriativas na qualidade de vida dessas famílias.

3.3 Análise dos dados

A última etapa da metodologia trata-se da análise dos resultados da pesquisa, neste caso específico, a sua grande maioria qualitativos, sendo apresentada no estudo por meio dos textos e informações dos autores estudados, embasado nas leituras realizadas e na experiência obtida com os temas que foram trabalhados durante a pesquisa. Cabe destacar que as fontes de informações privilegiadas acerca da pluriatividade, no caso dessa pesquisa, foram obtidas por meio das conversas e da aplicação de um questionário semiestruturado (Apêndice 01) nas três visitas realizadas aos informantes-chave do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Vicente do Sul e também, pode-se dizer, por meio de algumas conversas informais com alguns produtores rurais e servidores do IFFar ligados ao setor rural.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 O processo de transformação dos sistemas agrários

A socialização e a consolidação de um território têm sido os principais objetivos dos atores sociais locais visando à promoção de um desenvolvimento local endógeno (FISCHER, 2002). No entanto, para que essa socialização se tornasse possível, existem muitos fatores foram determinantes, entre eles está a agricultura que vem sofrendo constantes mutações ao longo dos tempos, deixando de ser considerada um mero gesto social, cultural e simbólico e passando a ser um objeto de suma importância tanto para o meio rural como para o meio urbano.

O fato é que a agricultura passou a ser modificada e artificializada para satisfazer as demandas mundiais por alimentação e, com isso, seja por meio da produção de alimentos para as sociedades, seja como forma de geração de emprego ou por fatores paisagísticos, a agricultura demonstrou sua importância a nível mundial e em sua forma mais endógena propicia aos grupos sociais os mais distintos benefícios (MIGUEL, 2009).

Dessa forma, muito mais do que simplesmente buscar entender a dinâmica da agricultura, torna-se de suma importância uma melhor compreensão da evolução dos sistemas agrários como um todo, desde o seu princípio até os dias atuais. Assim, proporcionando subsídios técnicos e teóricos para o meio acadêmico e para os agentes mediadores que visam a promoção de um desenvolvimento rural sustentável.

A agricultura assume distintas faces no espaço e no tempo, tornando-se um fator social e cultural, o que leva à necessidade de compreensão da teoria dos sistemas agrários, dada que a mesma possibilita visualizar, de forma ampla, as dinâmicas e interfaces que se concretizam por meio dos elementos agrários, haja vista que esses sistemas estão constantemente correlacionados e possuem relações tanto com o meio interno como com o meio externo (MAZOYER, 2009; MIGUEL, 2009).

Dito isso, no capítulo a seguir, buscar-se-á apresentar a evolução dos sistemas agrários da região de estudo, a fim de que se possa chegar mais facilmente a um entendimento sobre as dinâmicas da agricultura e, consequentemente, da agricultura familiar local.

4.1.1 Evolução dos Sistemas Agrários do Vale do Jaguari - RS

No estado do Rio Grande do Sul, o processo de formação da agricultura e agropecuária não foi uniforme, sendo influenciado pelas características naturais e históricas de cada região.

A vegetação natural existente no momento da ocupação do espaço agrário gaúcho influenciou na forma da exploração agrícola e, consequentemente, na obtenção de renda dos indivíduos envolvidos nesse processo pioneiro (LOVOIS, 2013). O setor agropecuário da região Sul tem uma participação significativa sobre o produto interno bruto (PIB) agropecuário brasileiro. Em termos de valor de produção, a região fica atrás apenas da Sudeste.

Apesar de o setor agropecuário regional apresentar algumas semelhanças com o de outras regiões brasileiras, por exemplo, a ampla disseminação de lavouras de soja e milho (semelhante ao que ocorre no Centro-Oeste), a agropecuária desenvolvida no Sul do Brasil possui diversas características próprias que a distinguem da existente em outras regiões brasileiras (IBIDEM). Ao se referir ao Vale do Jaguari, pode-se dizer que a região é um divisor de águas entre um mundo rural desenvolvido, região do Pampa, e um mundo rural atrasado, região do Planalto, contudo é um importante elo entre Serra e Campanha. Como argumenta Uberti (2012):

> região localizada na porção central do estado constituindo-se num espaço que, assim como no passado, possui posição estratégica privilegiada, tanto na geopolítica quanto na economia e pode ser pensada como zona de transição entre o Rio Grande do Sul desenvolvido e o "atrasado", concomitantemente se apresenta como corredor entre a serra e a região da campanha (UBERTI, Pg. 05, 2012).

Inicialmente – anterior a 1700 AP[5] –, a região do Vale do Jaguari era berço da fundação de dezoito povoados indígenas, das tribos Gês e Tupi-guarani (UBERTI, 2012). Assim, o sistema agrário inicial – não sendo somente característico da região de estudo, mas de grande parte do Brasil, assim como do mundo – foi o **Sistema Agrário Indígena (SAI)**.

A época, em decorrência de suas características de sobrevivência, por serem caçadores/coletores e pescadores, esses tinham as áreas de florestas, além de refúgio contra os homens brancos (bandeirantes), como fonte de alimentação. No entanto, também se tornava de suma importância a presença de vales, pois se tratava de um povo que também praticava a caça como forma de alimentação. Outro fator norteador para esses povos no espaço social era a presença próxima de rios, pois, por meio desses rios, seria possível ter água para a tribo, espaço de higienes pessoais e coletivas, bem como de coleta de alimentos, com a pesca.

O SAI ocupava o espaço de forma livre e tinha no ventre do seu grupo social a base familiar formada por tribos, que eram administradas pelo seu cacique e os clãs. Já, por meados do final do século XVII (1700), começa-se a ter a ocorrência de focos bem localizados de povos

[5] Antes do presente.

de origem luso-brasileira, os mestiços, com descendência de povos indígenas e brancos (MENZ, 2001). Segundo César (1971), povos de origem luso-brasileira são brasileiros que possuem descendência Europeia (IBIDEM), ou seja, tinha início um novo sistema agrário, o **Sistema Agrário Caboclo (SACLO)**, sendo ele o dominante – não que os SAI tivessem sido extintos – até o final do século XIX (1889).

Nesse período, a colonização europeia no estado passou por um processo regressivo de formação das colônias, em que foi reduzido drasticamente o número de imigrantes Alemães e Italianos no estado. Assim, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, restando poucos lotes de terras devolutas, o governo do estado promoveu a segunda e última fase de colonização no estado. Nos últimos anos decorrentes ao século XIX (1889), tiveram-se os últimos processos imigratórios de Alemães e Italianos para as colônias formadas ao extremo oeste do estado. Sendo, nesse período, fundada a última colônia provincial, a do Vale do Jaguari e seus satélites (São Vicente, São Xavier, Toroqua e Toropi, essas sendo colônias particulares), onde se estabeleceram, inicialmente, aproximadamente mil italianos e, mais tarde, os imigrantes da Alemanha (CONVAJ, 2010).

Dava-se, dessa forma, entre o final do século XIX (1889) e início do século XX (1920), ás vésperas da Primeira Guerra Mundial, início ao terceiro sistema agrário do Vale do Jaguari, o **Sistema Agrário Colonial (SAC)**. Porém, ele se subdividiu em duas fases internas, assim, segundo Jean Roche (1962), em 1889, foi fundada a colônia de Jaguari, que acompanhou a colonização ocorrida em toda a depressão central do estado. Após sua formação, ela teve uma explosão populacional alarmante. Após 05 anos de sua fundação (1894), contava com 8.464 habitantes, mais tarde, em 1896, com 10.098 habitantes, em 1900, com 12.000 habitantes, em 1903, com 13.000 habitantes e, em 1908, com 15.000 habitantes (JEAN ROCHE, 1962). Isso mostra a grande evolução da colônia de Jaguari, que já em 1909 podia ser referenciada como exemplo de crescimento rápido.

Com o fim do processo migratório de Alemães e Italianos para o estado em decorrência da crise mundial gerada pela guerra mundial, não se consolidou mais nenhuma colônia no estado. Porém, dentro daquelas já formadas, propagava-se um processo de explosão populacional, vindo esses imigrantes a ocupar as terras até então utilizadas pelos caboclos locais, que passaram, então, a ser empregados desses novos moradores da região.

Dessa forma, foi necessária a criação de novos núcleos a partir dessas colônias. Assim, o sistema agrário colonial do Vale do Jaguari se subdivide em duas fases, a primeira **(1º SAC)** se desenvolveu de 1889 a 1920 e a segunda **(2º SAC)** se estende de 1920 a 1950/60, com início da Revolução Verde. Porém, não serão tratadas aqui questões relacionadas às dinâmicas dos

novos núcleos, apenas aos seus processos migratórios e as consequências para a colônia do Vale do Jaguari.

Nesse âmbito, a partir da segunda metade do século XX, com a Revolução Verde, teve-se início, no Vale do Jaguari, a quarta e última fase da evolução dos sistemas agrários. Iniciou-se, assim, o **Sistema Agrário Colonial Contemporâneo (SACC)**. Nela, os agricultores, além de serem os reais administradores de suas terras, sem a interferência direta do estado, possuem, em suas mãos, a carta de titularidade dos lotes. Sendo, dessa forma, partes das dívidas pagas pelos agricultores e partes perdoadas pelo estado. Essa breve contextualização serve para demonstrar não apenas a importância da agricultura para o Vale do Jaguari, mas também busca demonstrar as potencialidades ao longo dos tempos, os limites e as mudanças que foram determinantes para o processo de transição de um sistema agrário para outro.

4.2 São Vicente do Sul no cenário atual da região

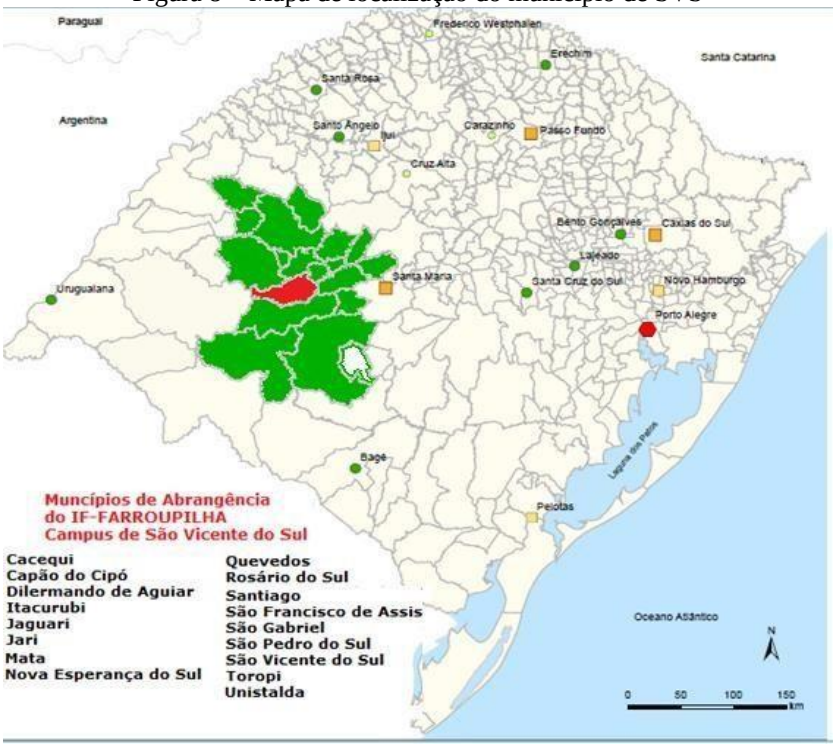
O município de São Vicente do Sul está localizado na região centro oeste do estado do RS, na microrregião de Santa Maria, a uma distância de 354,50 km da capital Porto Alegre e suas principais vias de acesso são a BR-287 e a RS-241. Ele faz limites com os municípios de Jaguari, Cacequi, Mata e São Francisco de Assis. Dados do IBGE (2021) indicam que o município possui uma área territorial de 1.174,822 km², densidade demográfica de 7,18 hab/km² e uma população aproximada de 8.742 habitantes, sendo 70% urbana e 30 % rural, estando o município localizado no chamado Bioma Pampa. Atualmente, a cidade é conhecida como a "*terra doce do centro oeste"* devido a sua pujante produção de batata doce, que é realizada por mais de 100 famílias do local, além da realização anual da Festa Estadual da Batata Doce (FECOBAT).

Tem-se percebido no município um processo que provoca transformações socioeconômicas e produtivas também na região, esse, por sua vez, provocado, principalmente, pelo avanço da cultura da soja e áreas com silvicultura. De acordo com PILLAR et al. (2009), conforme citado por MOREIRA (2019), o aumento de áreas praticadas com culturas anuais e com a silvicultura, bem como o uso inadequado do solo e a invasão de espécies exóticas, contribuem para que ocorra redução de pastagens naturais do bioma pampa ao qual o município pertence.

Conforme os autores, a "despecuarização" e a "agriculturização" no Rio Grande do Sul são tidos como processos contemporâneos que transformaram o uso da terra e, por consequência, a bovinocultura de corte. Os processos podem ser observados em todo o estado,

porém se deram em tempos diferentes no Pampa e na Mata Atlântica. Nos dias atuais, os processos de despecuarização e agriculturização estão materializados na cultura da soja e podem ser fortemente observados, também, em São Vicente do Sul e na região. A maior contribuição ao VA (Valor Adicionado) do município advém do setor agropecuário, cerca de 57%. Ainda se falando em setor agropecuário, o município possuía, no ano de 2018, área total de 37.836 hectares plantados, onde 74% eram utilizados para soja e 24,8% para arroz (Sebrae, 2022).

Figura 8 – Mapa de localização do município de SVS



Fonte: IFFarroupilha Campus São Vicente do Sul

Aliado a isso, o local é considerado um município de passagem para viajantes, pela sua localização privilegiada, que oportuniza acesso às regiões das missões, fronteira oeste, centro e sul do estado, o que torna o mesmo um entreposto entre as regiões centro e fronteira, conforme destaca Brasil (2016):

> A pequena cidade de São Vicente do Sul está localizada a 380 km ao oeste da capital de Porto Alegre e a 88 km de Santa Maria, fazendo parte do COREDE Vale do Jaguari, região caracterizada por possuir municípios com atividades agropecuárias diversificadas e na maioria dessas atividades realizadas por Unidades de Produção Agrícola (UPA) tipicamente familiares, Brasil (2016).

Cabe, ainda, destacar que São Vicente do Sul é sede e local de instalação do Instituto Federal Farroupilha[6], Campus São Vicente do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal, uma instituição de ensino que oferta diversos cursos[7] de níveis médio, superior e pós-graduação nos eixos de gestão, recursos naturais, produção alimentícia, tecnologia e inovação e também licenciaturas. Aliado a isso, o Campus recebe, atualmente, mais de 1.000 estudantes, sendo eles oriundos de mais de 80 cidades do estado e até mesmo de fora do RS, e realiza diversas eventos ligados à educação, tais como semanas acadêmicas, dias de campo, seminários e palestras dos mais variadas, todos esses eventos em consonância com os eixos e cursos ofertados e muitos deles em parceria com instituições locais, como EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Isso posto, a instituição preocupa-se, ainda, com a saída constante de pessoas da região para outros locais do estado, assim como a baixa escolaridade em alguns municípios do entorno, e traz essa preocupação para o seu corpo técnico e, consequentemente, para interior do *Campus* São Vicente do Sul. Por isso, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão que vão ao encontro tanto da via de desenvolvimento da região, posto nas cadeias produtivas, desenvolvimento das micro e pequenas empresas, como dos pressupostos básicos do desenvolvimento local e regional.

Figura 9 – Imagem Aérea - Entrada Principal do Campus

Fonte: Instituto Federal Farroupilha

[6] Ver mais em: https://www.iffarroupilha.edu.br/portal ou https://www.iffarroupilha.edu.br/sao-vicente-do-sul
[7] Sobre os cursos ofertados: https://www.iffarroupilha.edu.br/campus-s%C3%A3o-vicente-do-sul

Figura 10 – Imagem Aérea – Lagoas e Área de Cultivo do Campus

Fonte: Instituto Federal Farroupilha

São Vicente do Sul é considerado um município onde a predominância de grandes propriedades acontece, porém, em poucos casos, assim existe uma forte tendência à agricultura familiar, a qual será destacada no capítulo a seguir.

4.3 A agricultura familiar de São Vicente do Sul

Realizados três encontros com os vinte e cinco agricultores informantes-chave do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e algumas conversas informais com pequenos produtores e servidores do IFFar ligados ao setor rural, identificou-se que o município possui uma economia predominantemente baseada na atividade agropecuária e boa parte dela oriunda da chamada agricultura familiar [8], que desenvolve diversas atividades, entre as quais destacam-se, principalmente, o plantio de grãos, como arroz, soja, milho e trigo, além da criação de animais, como bovinos, suínos, ovinos, entre outros.

Destacam-se, também, o cultivo de hortaliças, como alface, agrião, rúcula e chicória, e também o plantio e comercialização de feijão, mandioca, abobora, cenoura, beterraba e,

[8] É caraterizada pela produção agrícola e/ou pecuária realizada por pequenos produtores, empregando, em geral, mão de obra relacionada ao núcleo familiar, mas também podendo contar com a presença de trabalho assalariado. No Brasil, suas principais características são: que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, entre outras.

principalmente, a batata-doce, alimento símbolo do município que é conhecido na região como a "*Terra da Batata-doce*", não por ser o maior produtor do Estado, mas sim pelas peculiaridades do produto, como sabor, qualidade e, logicamente, valor histórico e simbólico que o mesmo possui para as famílias que o cultivam. Atualmente, estima-se que o município cultiva, aproximadamente, 30 ha de batata-doce, com uma produtividade média de 20.000 kg/ha. Quanto às variedades cultivadas, destacam-se a BRS Biasi, Americana, Abóbora, Munhata, Amélia, Roxa e Pé de Galinha.

Cabe salientar que a Emater/RS-Ascar teve um trabalho de introdução de novas variedades no município, como BRS Biasi e Amélia, por meio de uma parceria com a Embrapa. O plantio da batata-doce, na maioria das propriedades, ocorre no período de outubro a janeiro, já a colheita no período de maio a julho. Não há comercialização de batata-doce durante todos os meses do ano em virtude das características das variedades cultivadas e também pelas características do solo do município. A maioria das lavouras não enfrenta problemas com doença, em alguns casos, houve registro da doença de solo MAL-DO-PÉ, causada pelo fungo *Plenodomus destruens*, que causa necrose na base da planta, seguido de amarelecimento das folhas.

Cabe destacar as ações que estão sendo realizadas há anos com essas famílias, voltadas à Segurança e Soberania Alimentar. Nesse sentido, são realizadas práticas voltadas ao cultivo de produtos com princípios de base ecológica e convencional, Educação e Cidadania Alimentar, Resgate da Cultura Alimentar, com destaque para o trabalho realizado por mulheres rurais na elaboração de receitas como batata doce assada, doces em caldas, rapaduras, licores, bombons e cristais de batata doce, que nos remetem à memória alimentar através de gerações.

As parcerias com o IFFarroupilha e a Emater/RS-Ascar também fomentam o abastecimento local por meio da organização dos produtores para acesso ao mercado institucional, em especial ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que, somente por meio dele, nos últimos 3 anos, foram comercializadas mais de 10 toneladas de batata-doce para o Campus local do Instituto Federal Farroupilha e para as Escolas Borges do Canto e São Vicente, além daquelas da rede municipal de ensino.

A agricultura familiar local também busca se qualificar no que se refere à gestão e à organização rural, por meio da preparação de produtores, suas respectivas lideranças e na organização/apoio para a realização de eventos. Um exemplo disso é a Feira Estadual de Comércio da Batata-doce (FECOBAT), onde boa parte dessas famílias comercializam no evento e atuam desde a primeira edição do mesmo.

Figura 11 – Cartaz Fecobat 2022

Fonte: Prefeitura Municipal (2022)

Abaixo, segue o custo aproximado de uma lavoura de batata-doce. Cabe destacar que alguns itens descritos abaixo possuem valores que não foram atualizados. Resumindo, estimamos que o custo de uma lavoura de batata-doce, atualmente, varia de R$ 3.600,00 a R$ 5.000,00 por hectare. Esse valor é estimado levando em consideração a utilização dos itens necessários para o plantio da lavoura. No entanto, destacamos que os custos das lavouras, da maioria das famílias no município, variam de R$ 800,00 à 1.200,00 por hectare, tendo em vista que a mão de obra utilizada é familiar e não são utilizados alguns insumos recomendados.

Figura 12 – Custo lavoura de batata doce

Cadastro Básico | Cadastro | Padrão | Projeto | Laudo | Relatório | Ajuda

AÇÃO	ITEM	CLASSIF.	TIPO	QTD.	VLR. UNIDADE (R$)	VLR. FINANCIADO (R$)	VLR. ORÇADO (R$)	VLR. RECURS. PRÓPRIO (R$)
	05-20-20	INSUMO	-	0,60	1.335,00	801,00	801,00	0,00
	CALCÁRIO DOLO ENSAC TIPO C PRNT 75 A 90 %	INSUMO	-	0,60	166,00	99,60	99,60	0,00
	ADUBAÇÃO QUÍMICA DE PLANTIO - 1,0 VEZ (ES) BRAÇAL FIXO 1	SERVIÇO	-	20,00	8,66	173,20	173,20	0,00
	TRATOR PNEUS >= 70 < 90 CV TRAÇADO	SERVIÇO	PREPARO DO SOLO	2,00	90,00	180,00	180,00	0,00
	ARADO DISCOS FIXO 3 X 26	SERVIÇO	PREPARO DO SOLO	2,00	95,00	190,00	190,00	0,00
	PLANTIO - 1,0 VEZ (ES) BRAÇAL FIXO	SERVIÇO	-	30,00	8,66	259,80	259,80	0,00
	PREPARO DA RAMAS - 1,0 VEZ (ES) BRAÇAL FIXO 1	SERVIÇO	-	12,00	8,66	103,92	103,92	0,00
	SULCAGEM - 1,0 VEZ (ES) TRATOR PNEUS >= 70 < 90 CV TRAÇADO	SERVIÇO	-	4,17	42,05	175,35	175,35	0,00
	ARADO DISCOS FIXO 3 X 26	SERVIÇO	-	4,17	0,46	1,92	1,92	0,00
	GRADAGEM LEVE - 1,0 VEZ (ES) TRATOR PNEUS >= 70 < 90 CV TRAÇADO	SERVIÇO	-	0,95	42,05	39,95	39,95	0,00
	GRADE NIVELADORA 28 X 22	SERVIÇO	-	0,95	0,98	0,93	0,93	0,00
	PLANTIO - 1,0 VEZ (ES) BRAÇAL FIXO	SERVIÇO	-	30,00	8,66	259,80	259,80	0,00
	PREPARO DA RAMAS - 1,0 VEZ (ES) BRAÇAL FIXO 1	SERVIÇO	-	12,00	8,66	103,92	103,92	0,00
	SULCAGEM - 1,0 VEZ (ES) TRATOR PNEUS >= 70 < 90 CV TRAÇADO	SERVIÇO	-	4,17	42,05	175,35	175,35	0,00
	ARADO DISCOS FIXO 3 X 26	SERVIÇO	-	4,17	0,46	1,92	1,92	0,00
	GRADAGEM LEVE - 1,0 VEZ (ES) TRATOR PNEUS >= 70 < 90 CV TRAÇADO	SERVIÇO	-	0,95	42,05	39,95	39,95	0,00
	GRADE NIVELADORA 28 X 22	SERVIÇO	-	0,95	0,98	0,93	0,93	0,00
	TRANSPORTE INTERNO DOS INSUMOS - 1,0 VEZ (ES) TRATOR PNEUS >= 70 < 90 CV TRAÇADO	SERVIÇO	-	0,67	42,05	28,17	28,17	0,00
	CARRETA AGRÍCOLA 04 T	SERVIÇO	-	0,67	0,54	0,36	0,36	0,00
	CAPINA MANUAL - 2,0 VEZ (ES) BRAÇAL FIXO 1	SERVIÇO	-	100,00	8,66	866,00	866,00	0,00
	ARRANQUIO E AMONTOA - 1,0 VEZ (ES) TRATOR PNEUS >= 70 < 90 CV TRAÇADO	SERVIÇO	-	2,45	42,05	103,02	103,02	0,00
	ARRANCADEIRA DE BATATA	SERVIÇO	-	2,45	0,96	2,35	2,35	0,00
	COLHEITA MANUAL - 1,0 VEZ (ES)	SERVIÇO	-	70,00	8,66	606,20	606,20	0,00
TOTAL	-	-	-	253,68	1.900,44	3.631,77	3.631,77	0,00

Fonte: Escritório Emater de São Vicente do Sul

Essa participação da agricultura familiar local em eventos como a FECOBAT e outros descritos a seguir, além de ofertar alimentos seguros e de qualidade para os consumidores, contribui para o fortalecimento de vínculos entre as entidades do município. Ao mesmo tempo, colabora para a geração de renda, permanência no meio rural, melhoria da qualidade de vida e até mesmo na sucessão rural no campo.

4.4 Tipologia da agricultura familiar pluriativia em São Vicente do Sul

A partir das pesquisas na cidade de São Vicente do Sul em relação à paisagem local, o amparo dos relatórios dos informantes-chave foi suficiente para que se percebesse que a agricultura familiar possui uma ligação com os diversos setores da economia local em atividades alternativas para geração de renda dessas pessoas. O quadro a seguir apresenta a tipologia dos agricultores familiares pluriativos encontrados na referida pesquisa e, portanto, indicando a ligação dessas famílias com os outros segmentos econômicos:

Quadro 4 – Tipos de pluriatividade em SVS

	Tipo de Atividade	**Nº famílias**	**Localidade**
01	Agroindústria	06	Loreto
02	Balneários	10	Umbu
03	Eventos: rodeios	15	Rincão do Flores, Chão Duro, Sede
04	Eventos: Fecobat, Kerbs, Carnaval fora de época	10	Sede
05	Prestação de serviços agropecuários	20	Sede e interior
06	Serviço na construção civil	10	Sede e interior
07	Serviço público	20	Diversos/Sede
08	Turismo rural	4	Loreto/Ceio de Moça/Serra de São Miguel

Fonte: o Autor

4.4.1 Pluriatividade na agroindústria

É fato que a agroindústria familiar é uma das grandes fontes alternativas de renda e diversificação dessa categoria social, uma vez que a transformação dos produtos dentro ou fora da propriedade é uma forma dessas famílias buscarem novos mercados, mesmo sabendo que, muitas vezes, ocorreram alguns problemas relacionados à legislação e à inspeção sanitária. Em São Vicente do Sul, essa modalidade de pluriatividade ocorre de forma mais acentuada e organizada na comunidade do Loreto por meio da APPROL (Associação de Pequenos Produtores Rurais do Loreto) e envolve, atualmente, em torno de 6 famílias da localidade.

As atividades são desenvolvidas pelas mulheres dessas famílias que, em ações conjuntas, produzem pães, cucas, biscoitos, rosquinhas, entre outros itens no ramo de panificação. Essas mulheres já participam desse tipo de atividade há alguns anos, mas, atualmente, sua empresa (associação) faz parte de um projeto da Incubadora Social [9] do

[9] O Núcleo de Incubação Social do Campus São Vicente do Sul foi constituído em junho de 2021, com o objetivo de planejar, acompanhar, avaliar ações da Incubadora social do IFFar (ISIFFar). Sua função principal é a de

IFFarroupilha, Campus são Vicente do Sul, onde o grupo tem recebido orientações e informações sobre gestão, marketing, comercialização e boas práticas de panificação.

Figura 13 – Produção da APPROL nas dependências do Campus

Fonte: IFFarroupilha Campus SVS

Figura 14 – Produtos comercializados pela APPROL

Fonte: IFFarroupilha Campus SVS

mobilizar a comunidade para empreendimentos sociais e solidários, por meio da seleção de grupos a serem incubados, aprovação de planos de trabalho, organização de estrutura física e estímulo à cooperação.
Mais informações em: https://www.iffarroupilha.edu.br/noticias-svs/item/23488-n%C3%BAcleo-de-incuba%C3%A7%C3%A3o-social-encaminha-projeto-de-panifica%C3%A7%C3%A3o-com-mulheres-do-loreto

Atualmente, a produção de pães, cucas, doces e salgadinhos estão sendo realizados nas dependências do Campus São Vicente do Sul do IFFar, já a comercialização vem ocorrendo nas dependências da instituição, na feira de produtores rurais realizada semanalmente no centro do município e também nos diversos eventos realizados, como Fecobat, Feira do Livro, Semana do Município, Kerbs, Semana Farroupilha, entre outros.

4.4.2 Pluriatividade com balneários

No interior do município, o Balneário Passo do Umbu, instalado na localidade de mesmo nome, vem recebendo anualmente visitantes e turistas de várias cidades da região centro oeste do Estado, possuindo excelentes áreas de camping e infraestrutura para recreação e prática de esportes diversos. O local fica a 12 km da sede do município e está localizado às margens do Rio Ibicui, possuindo uma diversidade em belezas naturais, com sombra de diversos tipos de árvores, água boa para consumo (poço artesiano), locais para instalação de barracas de camping.

Existem, também, mais de duas dezenas de casas construídas no referido local, sendo que em torno de 10 delas pertencem a famílias de pequenos produtores que usufruem das mesmas, mas que as alugam para turistas e visitantes no período de veraneio, principalmente entre os meses de novembro e fevereiro. Por ser um local bastante visitado anualmente e também por haver famílias que residem na localidade, as administrações do município oportunizam obras de melhorias e adequações na infraestrutura geral do balneário, a fim de que o mesmo possa ser um lugar bom de viver, mas também de visita e hospedagem por parte dos não vicentenses.

Figura 15 – Vista da Prainha do Balneário do Passo do Umbu

Fonte: Prefeitura Municipal

4.4.3 Pluriatividade com eventos: rodeios

É fato que a cultura gaúcha regional possui vários costumes e, entre esses, encontram-se os chamados rodeios crioulos. Durante suas realizações, apresentam-se diversas atrações culturais, inclusive algumas que lembram as lidas diárias do homem no campo e também os tiros de laço, atividade em que o gaúcho montado a cavalo tenta laçar um boi até um determinado ponto dentro de uma pista de areia ou grama. Esse tipo de evento, geralmente, envolve centenas de pessoas que participam dessas atividades campeiras ou que se deslocam até esses locais para prestigiar esses momentos por se identificarem com a cultura gaúcha e as tradições do estado.

Em São Vicente do Sul, o CTG Cancela da Fronteira, que é filiado ao Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), realiza esse tipo de atividade na sede do município, mas existem também outras pequenas entidades, chamadas de Piquetes Tradicionalistas, que realizam esses rodeios pelo interior do município, mais precisamente nas localidades de Rincão dos Flores, Cavajuretã, entre outros. Ocorre que, nos últimos anos, esse tipo de atividade também virou uma renda extra para boa parte dos pequenos produtores do estado e da região, e em São Vicente do Sul não é diferente, haja vista que em torno de 15 famílias desenvolvem atividades pluriativas com esses rodeios, pois alugam seus bois para que os mesmos possam correr e serem laçados pelos campeiros.

A demanda é crescente em função de que essas entidades, filiadas ou não ao movimento tradicionalista, realizam pelo menos um ou dois, às vezes bem mais, desses rodeios durante o ano corrente e o produtor que “aluga” o boi cobra, em média, R$ 15,00 por cada corrida/armada que o animal realizar durante o evento. Então, se cada um correr pelo menos 10 vezes num final de semana, o produtor dono do mesmo receberá, pelo aluguel, R$ 150,00. E, se esse mesmo produtor alugar 10 animas, ele receberá R$ 1.500,00 somente num final de semana. Cabe destacar que as famílias que têm se envolvido com esse tipo de atividade, que tem ficado cada vez mais profissional, alugam, em média, em torno de 40 a 50 animais, ou seja, um rodeio de porte médio pode render a um produtor em torno de R$ 7.500,00 por final de semana, podendo chegar a R$ 30.000,00 em um mês.

Aliado a isso, além do transporte, todos os cuidados sanitários e as despesas com alimentação para os animais são custeadas pelo contratante e organizador do rodeio. Caso ocorra de algum animal ferir-se durante as atividades do rodeio, as despesas com medicação e tratamento veterinário também são de responsabilidade de quem os aluga e, caso ele se machuque seriamente e precisar ser sacrificado, o referido contratante paga o valor do animal,

que hoje está entre R$ 4.000,00 e R$ 5.000,00, o valor de um animal vivo, para o produtor rural que o alugou para o rodeio.

Figura 16 – Carregamento de animais para rodeio no interior do município

Fonte: saovicentedosulhoje.blogspot.com

Percebe-se que esse tipo de (pluri)atividade tem se tornado lucrativa no entendimento de alguns produtores do interior de São Vicente do Sul e, por isso, boa parte deles tem investido significativamente na compra de animais apropriados para rodeios, ou seja, aspados. Alguns também investiram na compra de pequenos e grandes caminhões para o transporte de gado e, com isso, além de lucrarem com o aluguel dos animais, acabam também lucrando com o transporte. Relatos dos informantes-chave indicam que essa atividade, além de ser uma maneira de incrementar ainda mais a renda dessas famílias, é uma forma dos próprios produtores acompanharem o carregamento e o transporte adequado dos seus próprios animais, tendo, assim, uma garantia de melhores cuidados com seus rebanhos.

4.4.4 Pluriatividade com eventos: Fecobat, Kerbs e Carnaval e outros

São Vicente do Sul destaca-se no Vale do Jaguari não apenas por ser um polo de educação profissional e tecnológica por meio do Instituto Federal Farroupilha, mas também por realizar diversos eventos que recebem durante o ano. Entre eles destacam-se o Baile de Kerbs, o Carnaval fora de época, a Feira do Livro, a Festa do Padroeiro São Vicente Ferrer, o Festival

Nativista Canto da Aldeia e a própria FECOBAT, conforme já citado anteriormente, que envolvem a população regional.

A pluriatividade nesses eventos, que, em algumas ocasiões, quase duplica o número de habitantes do local, é realizada por um número de, aproximadamente, 10 famílias rurais do município. Nessas datas festivas, as famílias abrem mão de parte do serviço realizado em suas pequenas propriedades e destinam-se à sede do município para ofertar os mais variados produtos alimentícios à comunidade e aos visitantes que se deslocam até a Terra da Batata Doce a fim de participarem de alguns desses eventos.

Os produtos[10] ofertados são os mais diversos, tais como salame, queijo, copa, mel, pastéis e carne de porco assada, todos, na sua maioria, beneficiados de forma artesanal nas próprias propriedades. Também são ofertados produtos oriundos da batata doce, como doce seco, doce em calda, pães, roscas, bolos e licores, além de doce de abobora, amendoim, doce de leite, entre outros.

Figura 17 – Baile de Kerbs

Fonte: Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul

[10] São feitos de forma artesanal e de modo a facilitar a reorganização produtiva de cada família envolvida, o que inclui a produção da matéria-prima, sendo que um dos condicionantes para comercializar é que sejam produtos vistoriados pelo Sistema de Inspeção Municipal (SIM) e vendidos por meio do talão de produtor rural.

Figura 18 – Exposição e venda de produtos na feirinha do produtor na praça central

Fonte: IFFarroupilha - Campus São Vicente do Sul

Figura 19 – Corte da Feira Estadual de comércio de Batata Doce em convite para o evento

Fonte: Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul.

A participação dessas famílias na comercialização de seus produtos nos respectivos eventos ocorre por meio de cadastro feito junto à prefeitura municipal e, na maioria das vezes, com acompanhamento e assessoria da equipe do Escritório Local da EMATER, dos servidores do eixo de produção alimentícia do IFFar e até mesmo da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Essas atividades não dependem exclusivamente dessas parcerias, mas fazem com que as pessoas tenham confiança nos produtos adquiridos por meio desse tipo de atividade, pois as agroindústrias familiares têm a capacidade de inserção nas redes sociais locais/regionais enquanto a agroindústria convencional está buscando inserção em mercados globalizados (Mior, 2005).

Essas parcerias entre produtores e entidades tem a ver não apenas com a preocupação de boas práticas na produção desses alimentos, mas também com o interesse de ofertar os chamados “alimentos tradicionais”[11] da região, que são resultado da combinação de diversas dimensões e significados, como os modos de processamento, a produção das matérias-primas, as características naturais, a artesanalidade e os conhecimentos compartilhados entre os grupos de produtores que são repassados de pais para filhos há várias gerações.

4.4.5 Pluriatividade na prestação de serviços agropecuários

Sabe-se que a pluriatividade é considerada um fenômeno em que um dos membros da família obtém uma remuneração extra que pode ser desenvolvida dentro ou fora da unidade de produção familiar (Schneider, 2003). É o que ocorre nesse tipo de fenômeno encontrado em São Vicente do Sul, onde identificou-se que, em torno de 20 famílias, exercem a pluriatividade realizando a prestação de serviços para outros produtores rurais, geralmente de maior poder aquisitivo.

Acredita-se que isso ocorre há muitos anos e não apenas na região do Vale do Jaguari, e sim em todo o estado e até mesmo fora dele. Digamos que, em outros tempos, tratava-se de uma questão cultural, pois as famílias, além de se conhecerem, também se ajudavam em algumas épocas de plantio ou colheita de produtos variados. Porém, nos dias de hoje, é um fator que sofreu alteração na visão e forma de trabalhar desses produtores, afinal passaram a ver como uma renda extra e isso com certeza ocorreu dado o processo de transformação da agricultura, da economia e, consequentemente, dos modos de vida das famílias envolvidas.

Dentre as principais atividades identificadas nesse processo, percebe-se que as mesmas ocorrem, geralmente, em períodos de plantio e/ou colheita da soja, hoje umas das principais *commodities* desenvolvidas na região e no estado. O transporte desse tipo de grão durante a colheita também é bastante terceirizado e, por isso, parte dos produtores do município que possuem caminhão próprio realizam essa atividade carregando nas propriedades e destinando às empresas de armazenamento ou cooperativas da região.

Outros serviços realizados por pequenos produtores em unidades de produção de maior poder aquisitivo são os de alambrador ou para os mais “antigos” aramador, que são o conserto ou a fabricação de cercas, porteiras e mangueiras para o gado. Em alguns casos, esses

[11] A pesquisadora Fabiana Thomé da Cruz descreve melhor esse significado nos seguintes trabalhos: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61937 https://orgprints.org/id/eprint/24508/1/Cruz_Qualidade.pdf

produtores também realizam a manutenção e até mesmo a construção de galpões dos mais variados, seja para guardar e manutenção de máquinas ou implementos agrícolas, seja também para a ordenha ou descanso dos animais.

Figura 20 – Serviço de alambrador

Fonte: saovicentedosulhoje.blogspot.com

Esse tipo de atividade[12] de fato não representa nenhuma novidade no mundo rural contemporâneo, afinal é fruto das transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo das décadas e vão ao encontro das ideias de Kautsky e Chayanov quando esses autores se referem ao aproveitamento das experiências e habilidades dessas pessoas, aos "trabalhos acessórios" e também às "outras atividades não-agrícolas" como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários.

4.4.6 Pluriatividade com serviço na construção civil

Segundo os informantes-chave, um tipo de atividade não agrícola que vem ocorrendo há pouco tempo no município é esse da mão de obra agrícola estar exercendo atividades na construção civil local. Os mesmos acreditam que em torno de 10 famílias possuem algum representante do sexo masculino que tem desenvolvido serviços de pedreiro, auxiliar de pedreiro e até mesmo de mestre de obras no setor de construção civil vicentense. Informações dão conta de que, ao exercer esse tipo de atividade, um produtor pode receber mensalmente em torno de 1,5 salário mínimo, mas que, dependendo da sua experiência e habilidade, esse valor pode até dobrar.

Cabe destacar que os mesmos desenvolvem esse tipo de atividade tanto na sede como no interior do município, contudo em períodos em que suas pequenas propriedades possuem

mão de obra "ociosa" nessas famílias, o que faz com que os mesmos tentem melhorar o ambiente econômico e social de seus membros. Isso corrobora com as palavras de Schneider (2003), que indica que as famílias pluriativas nutrem expectativas em relação ao seu futuro e às possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem. Esse tipo de situação tem voltado à tona nas discussões em torno do desenvolvimento rural, haja vista o mesmo estar bastante dependente dos recursos externos às propriedades, o que parece justificar o desenvolvimento capitalista da agricultura e a apropriação industrial de suas atividades.

O fato é que a agricultura em geral está fortemente dependente das indústrias para a produção de insumos e maquinários, como dos complexos agroindustriais para o processamento e beneficiamento da produção. Assim, a agricultura familiar, ou seja, os pequenos proprietários de terras estão abandonados nos últimos anos quando se fala das políticas públicas para essa categoria social. Acredita-se que esse descaso governamental é um dos fatores que levam esses produtores a exercer esse tipo de pluriatividade mais recente no município.

4.4.7 Pluriatividade com o serviço público

Ao contrário do tipo de pluriatividade citada anteriormente, essa realizada no serviço público já acontece há um bom tempo na Terra da Batata Doce e pode-se dizer em boa parte dos municípios do Vale do Jaguari. Não existe um levantamento completo e preciso, mas relatos dos informantes-chave indicam que no mínimo 20 famílias do município exercem algum tipo de atividade pluriativa em alguma das entidades de serviço público local.

Dentre os locais onde essas pessoas, homens e mulheres, exercem algum tipo de atividade, destacam-se a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, as Escolas do Município, a EMATER, a Brigada Militar, o Fórum, o Banrisul e até mesmo o Instituto Federal

Farroupilha. Já os cargos exercidos são os mais diversos, tais como Estagiário, Bolsista, Vereador, Professor(a), Merendeira, Técnico Agrícola, Policial, Atendente, Escriturário, Docente EBTT[12] e Técnico Administrativo. Outros trabalhos desenvolvidos na região já haviam dado destaque para o aparecimento desse tipo de atividade, como são os casos de Brasil (2016) em Nova Esperança do Sul e de Silveira e Neumann (2009), tendo como empírico, também, São Vicente do Sul, porém ambos com um enfoque diferente do aqui apresentado.

A verdade é que essas informações apenas reforçam que essas propriedades da agricultura familiar obtêm diversas fontes de remuneração e boa parte delas oriundas fora da unidade de produção agrícola. Isso corrobora com as informações de Graziano da Silva & Del

[12] Educação Básica, Técnica e Tecnológica

Grossi (2002), que indicam que o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras que gerem ganhos não agrícolas, e também com Schneider (2003), quando o autor afirma que a diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas com algumas não agrícolas oportuniza que essas famílias elevem seu poder aquisitivo.

4.4.8 Pluriatividade com o turismo no meio rural

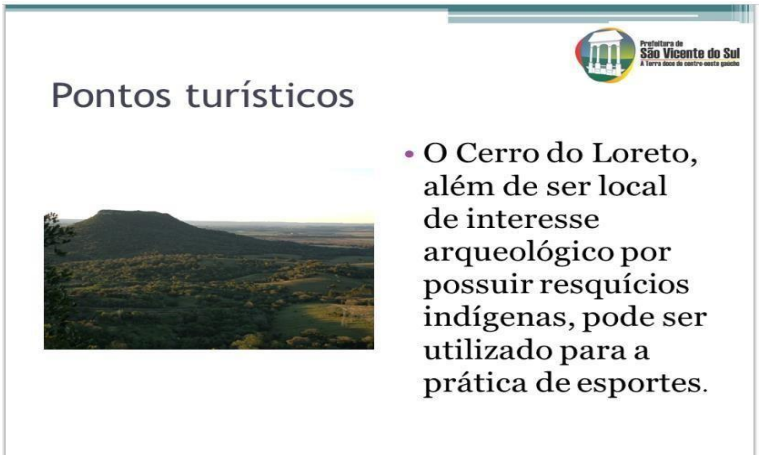
Essa modalidade é uma das atividades não agrícolas que mais tem crescido nas últimas décadas no meio rural gaúcho e brasileiro. Na verdade, são muitas as formas de ocupação do território rural pelo do turismo, por meio de trilhas, pesque-pague, pousadas, hotel fazenda, turismo ecológico, turismo religioso, gastronomia, entre outros.

Existe, ainda, a possibilidade de que o espaço rural sirva para outras atividades não propriamente turísticas, como segunda residência ou espaços de pesquisa e extensão universitária, o que não é foco deste trabalho. Nesta pesquisa, identificou-se que um número pequeno e em torno de 4 famílias do interior de São Vicente do Sul tem utilizado parte do espaço de suas propriedades para alavancar, mesmo que de forma modesta, algumas atividades relacionadas ao turismo em áreas rurais.

Um dos principais atrativos naturais é o Cerro do Loreto, que se encontra na localidade com seu mesmo nome. Atualmente, é bastante utilizado para trilhas ecológicas, realização de estudos[13] e trabalhos, até mesmo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão por parte de professores e estudantes do IFFar Campus São Vicente do Sul. Outras instituições de ensino da região e do estado também fazem uso desse espaço, haja vista que o local possui resquícios do período indígena, como pinturas e espaços adaptados entorno do cerro nos quais os índios transitavam.

[13] Os cursos de biologia e agronomia fazem saídas de campo até o local, devido à riqueza ecológica e natural que o local oferece para se conhecer e estudar.

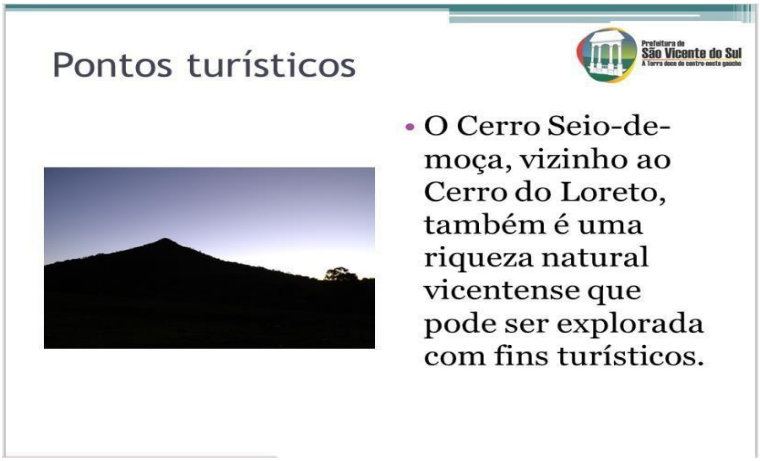
Figura 21 – Cerro do Loreto



Fonte: Prefeitura Municipal

Outro atrativo natural é o chamado Cerro Seio de Moça, que recebeu esse nome devido ao seu formato e que, assim como o Cerro do Loreto, é visitado por moradores vicentenses, visitantes e turistas que desenvolvem suas caminhadas e atividades ligadas ao turismo ecológico e de aventura. Em relação ao turismo rural propriamente dito, cabe destacar que apenas uma propriedade recebe visitantes, que vão caminhar até esses locais, com hora marcada, e serve um pequeno lanche no local, desde que o agendamento seja feito com antecedência para os preparativos e não atrapalhe as demais atividades do local, segundo informações recebidas.

Figura 22 – Cerro Seio de Moça

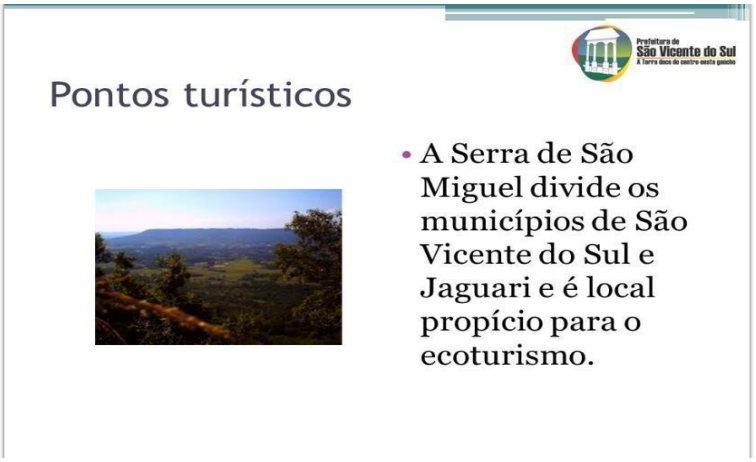


Fonte: Prefeitura Municipal

O retorno financeiro para essas famílias dá-se por meio do pagamento de um “ingresso individual” por parte desses visitantes que precisam passar por essas propriedades até conseguirem acesso a esses atrativos naturais. Atualmente, as famílias cobram entre R$ 10,00

e R$ 20,00, dependendo basicamente do número de participantes que cada grupo organiza para dirigirem-se até esses locais. Assim, o mesmo acontece com a chamada Serra de São Miguel, uma área verde, com extensa arborização e também apropriada para a prática de caminhadas e trilhas, que oportuniza aos caminhantes uma bela paisagem que faz a divisa entre São Vicente do Sul com o município de Jaguari.

Figura 23 – Serra de São Miguel



Fonte: Prefeitura Municipal

Essas atividades turísticas no meio rural não representam uma situação nova no contexto do mundo rural contemporâneo, pois outros autores, como Brambatti (2005), Padilha (2009), Baccarin (2012), Lunardi (2012), Silva (2015), Brasil (2016) e Lopes (2017), entre outros, já apontaram que famílias de pequenos produtores rurais desenvolvem atividades não agrícolas pelo do turismo. Outrossim, em relação ao turismo, o município de São Vicente do Sul, juntamente com alguns outros da região, está inserido em um novo projeto do IFFarroupilha chamado Geoparque Raízes de Pedra[14].

[14] PREFEITURA DE MATA (RS). Geoparque Raízes de Pedra. Rio Grande do Sul: Prefeitura da Mata, 2021. Disponível em: https://www.mata.rs.gov.br/municipio/noticias/232-geoparque-raizes-de-pedra
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DO SUL (RS). Geoparque Raízes de Pedra é tema de Audiência Pública. Rio Greande do Sul: Prefeitura de São Pedro, 2022. Disponível em: https://saopedrodosul.rs.gov.br/not%C3%ADcias/1000019-geoparque-ra%C3%ADzes-de-pedra-%C3%A9-tema-de-audi%C3%AAncia-p%C3%BAblica.html
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS. (RS). Projeto geoparque raízes de pedra – sensibilização. Rio Grande do Sul: Prefeitura de São Francisco de Assis, 2022. Disponível em: https://www.saofranciscodeassis.rs.gov.br/portal/noticias/geral/projeto-geoparque-raizes-de-pedra-sensibilizacao
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL (RS). Lançamento da marca do geoparque "raízes de pedra". Rio Grande do Sul: Nova Esperança, 2022. Disponível em: https://www.novaesperancadosul.rs.gov.br/site/noticias/cidadania/69450-lancamento-da-marca-do-geoparque- %E2%80%9Craizes-de-pedra%E2%80%9D

Por meio da Pró-Reitoria de Extensão, pretende-se buscar, junto à UNESCO, o reconhecimento desses municípios como áreas que agregam importância histórica, cultural, paisagística, geológica, arqueológica, paleontológica e científica. Os geoparques têm importante papel no desenvolvimento econômico de um território e o turismo é uma alternativa de geração de renda para as comunidades envolvidas, tendo como base o tripé conservação, educação e desenvolvimento sustentável.

Quadro 5 – Tipo de pluriatividade

PLURIATIVIDADE	FAMÍLIAS ENVOLVIDAS	GANHO APROXIMADO/MÊS	QUANTITATIVO MESES DO ANO	IMPORTÂNCIA DA RENDA
AGROINDÚSTRIA	6 famílias	R$ 300,00	12 meses	Ajuda
BALNEÁRIOS	10 famílias	R$ 1.200,00	3 meses	Ajuda
RODEIOS E EMPRÉSTIMO DE GADO	15 famílias	R$ 20.000,00	6 meses	Essencial
EVENTOS FESTIVOS	10 famílias	R$ 500,00	1 mês	Essencial
SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	20 famílias	R$ 1.200,00	6 meses	Essencial
CONSTRUÇÃO CIVIL	10 famílias	R$ 2.000,00	6 meses	Essencial
SERVIÇOS PÚBLICOS	20 famílias	R$ 2.000,00	12 meses	Essencial
TURISMO RURAL	4 famílias	R$ 400,00	3 meses	Ajuda

O Quadro demonstrativo acima resume o tipo de pluriatividade, o quantitativo de famílias envolvidas, o ganho aproximado mensal de cada família, o quantitativo de meses durante o ano que são desempenhadas a pluriatividade pela família e, por fim, a importância da renda para a família envolvida: se é essencial para sua manutenção econômica ou apenas uma ajuda no orçamento.

Especificamente em São Vicente do Sul, a Terra da Batata Doce, a pesquisa identificou que, atualmente, são oito as atividades pluriativas mais desenvolvidas pela agricultura familiar local, sendo elas:

- **Agroindústria**: desenvolvida por seis mulheres de famílias da localidade do Loreto por meio da APPROL, que, mesmo já possuindo uma expertise, continuam buscando qualificação e, com uma parceria com o IFFar, têm produzido pães, bolachas, cucas e outros produtos, buscando desenvolver ainda mais as boas práticas de panificação.
- **Balneário**: localizado no Passo do Umbu, o balneário de mesmo nome possui em torno de dez famílias que utilizam suas moradias do local para aluguel a visitantes e

turistas, assim como disponibilizam áreas para lazer e camping, sendo que algumas delas, no período de veraneio, ainda ofertam a venda de bebidas e lanches no local.

- **Rodeios**: uma modalidade de pluriatividade, mais atualizada, mas que tem feito com que alguns produtores tenham investido significativamente na compra de gado e meios para transporte dos mesmos, haja vista o retorno que esse tipo de evento pode deixar às famílias. Atualmente, em torno de quinze famílias tem usufruído desse tipo de renda extra, algumas mais outras menos, e, além da sede do município, as localidades de Rincão dos Flores e Chão Duro realizam esses eventos, sendo que alguns ainda alugam gado para entidades de municípios limítrofes;
- **Eventos festivos**: Kerbs, Fecobat, Carnaval e outros são os destinos e eventos de aproximadamente dez famílias locais que fabricam e vendem produtos derivados da batata doce, mel, panificados, queijos, além de embutidos, como salame. Todos são feitos de forma artesanal, acompanhados e vistorias pelos parceiros do município, como Emater, Prefeitura e IFFar, a fim de ofertar produtos de qualidade e com responsabilidade;
- **Serviços agropecuários**: acredita-se que seja um tipo de pluriatividade das mais antigas, no estado e na região, pois os pequenos produtores disponibilizam de sua mão de obra ociosa para trabalhar em outras propriedades maiores e de melhor poder aquisitivo. Em São Vicente do Sul, isso ocorre em várias localidades do interior e, principalmente, em períodos de plantio ou colheita de soja.
- **Serviço na construção civil**: tem-se informações que esse tipo de trabalho seja uma das mais recentes quando se fala em pluriatividade no meio rural. Realizada por homens, tanto no interior como na sede do município, que desempenham funções de pedreiro, auxiliar de pedreiro e até mesmo mestre de obras, dependendo da experiência;
- **Serviço público**: percebe-se que é um tipo de pluriatividade que está cada vez mais em evidência, sendo desenvolvida por homens e mulheres pertencentes a famílias das mais diversas localidades do interior, que buscam por uma renda extra e, em muitos casos, estabilidade profissional e financeira trabalhando em instituições do município, do estado e da união;
- **Turismo rural**: é desenvolvido, basicamente, por quatro famílias e em locais conhecidos pela beleza natural e propícios para passeios, trilhas e estudos ligados à

biologia e botânica. Isso pode ser melhor explorado e existem tratativas de parcerias entre instituições e outros municípios da região.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES ENCONTRADAS

Diante das informações coletadas com a ajuda dos informantes-chave, foi possível diagnosticar que boa parte das famílias que desenvolvem a agricultura familiar vicentense usufruem da chamada pluriatividade. Essas atividades alternativas são feitas por meio da participação de pelo menos um membro dessas famílias no desenvolvimento de uma das 08 atividades supra registradas nesse trabalho. Dentro disso, é possível entender que se trata de uma estratégia econômica adotada por esses produtores devido ao tamanho de suas propriedades, assim como a adoção crescente de novas estruturas agroalimentares na maioria das propriedades locais e também em resposta à *sojalização* que vem tomando conta da região nos últimos anos.

Identificou-se que as antigas atividades de agroindustrialização de produtos artesanais, como pães, bolos, cucas e embutidos, assim como em boa parte do estado e do país, trouxeram retornos financeiros imediatos para essas famílias principalmente com o advento da pandemia. Outras duas atividades pluriativas, que também estão muito presentes no mundo contemporâneo da agricultura familiar vicentense, são o trabalho terceirizado com o uso da mão de obra familiar em propriedades maiores e a realização de atividades no serviço público local, em entidades municipais, estaduais ou mesmo federal.

Mais recentemente surgiram outros tipos de atividades que usufruem da mão de obra da agricultura familiar, que são o turismo rural, o aluguel de gado e até mesmo o transporte para os rodeios de laço realizados no município e na região. Outra atividade é o trabalho na construção civil local, que utiliza da experiência adquirida por esses homens nas construções erguidas em suas propriedades.

Acredita-se que a adoção desse tipo de estratégia por parte dessas famílias nas atividades destacadas deixa claro a preocupação dos mesmos com o seu crescimento econômico e social. Para além disso, aponta que a sazonalidade da produção agrícola facilita o desenvolvimento de atividades pluriativas em muitos desses casos. Afinal, em muitos exemplos citados, dependendo do cultivo e do sistema adotado por essas famílias, o tempo para o preparo do solo, o plantio e, consequentemente, a colheita a ser realizada leva vários meses para acontecer, fazendo com que as atividades pluriativas possam ser desenvolvidas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, percebe-se que a agricultura familiar tem participação importante no mundo rural brasileiro, haja vista suas particularidades de usufruir mão de obra basicamente familiar, diversificação da produção, propriedades relativamente pequenas e busca de trabalho complementar, o que a difere do chamado agronegócio que, para muitos, tem sido a salvação da economia nacional.

Em relação à região do Vale do Jaguari, identifica-se como um território de paisagem exuberante em relação a sua localização geográfica e aos recursos naturais na totalidade dos municípios, sendo esses identificados, na grande maioria, por uma economia ligada ao meio rural, com uma pequena exceção para Nova Esperança do Sul e Santiago, que apresentam representação econômica significativa no setor coureiro calçadista e de serviços públicos respectivamente. Pode-se, ainda, afirmar que o setor agropecuário da região é representado na maioria desses municípios por propriedades pequenas e médias, o que identifica uma forte influência da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural.

Aliado a isso, em relação ao desenvolvimento rural, percebe-se algumas alterações ao longo dos anos na região, principalmente quando se trata de sistemas de cultivo, infraestrutura, logística e o pacote tecnológico para a produção e comercialização da soja, fazendo com que a agricultura familiar não seja esquecida, mas, tenha alguns problemas[15] em relação à produção de alguns de seus cultivos como os citros, a uva, o mel, entre outros.

Quanto aos sistemas agrários, conhecidas as práticas culturais ao logo dos tempos, percebe-se que, na região, a produção agrícola possuía uma direção exclusiva para o autoconsumo, porém, com a chegada da Revolução Verde e as mudanças estruturais no setor agrícola, o que passou a se ver foram a descentralização da produção e a presença constante de novos mercados. Dessa forma, esses produtores deixaram de produzir, objetivando o sustento das famílias, e passaram a buscar a promoção de uma renda familiar decorrente de uma produção mais voltada a esses mercados e também a atividades consideradas não agrícolas.

Isso posto, fica evidente que a pluriatividade faz parte do cotidiano da agricultura familiar de São Vicente do Sul. Assim, esse tipo de estratégia adotada pelas famílias corrobora não apenas para a aquisição de uma renda não agrícola, mas também para a permanência dessas

[15] Diz-se que o maior deles está relacionado ao herbicida 2,4 D, que, devido a sua alta solubilidade, contamina o solo, o ar e a água com facilidade, gerando desequilíbrio ecossistêmico. Sendo que, para os seres humanos, o mesmo pode provocar sintomas, como dores de cabeça, náuseas, perda de consciência, taquicardia e edema pulmonar.

famílias no meio rural, para a diminuição das desigualdades e, sem dúvida alguma, para a melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos nesse processo. Cabe, ainda, destacar que mesmo os membros que usufruem das chamadas rendas de aposentadorias desenvolvem atividades pluriativas como um incremento financeiro e ocupacional.

Outro ponto que merece destaque é a participação cada vez mais ativa das mulheres e jovens em atividades fora da propriedade, porém sem que eles se desvinculem da moradia no meio rural. Isso significa que essas mulheres estão cada vez mais dispostas a buscar sua dependência pessoal sem precisar pedir favores aos pais e até mesmo os maridos. Já em relação aos jovens, acredita-se que isso seja reflexo dos mesmos procurarem ascensão social em grupos contemporâneos de mesma idade, mas também porque não recebem autonomia dos pais em relação às atividades desenvolvidas na UPA. Contudo, acredita-se que a permanência destes jovens no meio rural deva ser vista com bons olhos e como uma forma de incentivo, preparação e, consequentemente, sucessão nessas famílias, basta que, para isso, os pais, atuais proprietários, revejam alguns conceitos e atitudes, a fim de oportunizarem não apenas trabalho, mas também autonomia aos futuros herdeiros.

Entendendo que a pandemia prejudicou em parte esta pesquisa pela restrição de contato com os produtores e público alvo das atividades pluriativas, este pesquisador se limitou às informações do Sindicato dos trabalhadores Rurais de São Vicente do Sul e, informalmente, aos produtores e servidores do IFFar ligados ao setor rural. Com isso, é importante ressaltar o quanto o Instituto Federal Farroupilha campus São Vicente do Sul é parte basilar em pelo menos 03 das 08 atividades pluriativas da cidade, dando suporte, capacitação e investindo no desenvolvimento local para o aumento na qualidade de vida dessas pessoas.

Finalizando, percebe-se que o aumento significativo dessas atividades não agrícolas, por meio da pluriatividade, tem oportunizado à agricultura familiar local um aumento na totalidade da sua renda familiar e uma não dependência exclusiva de rendas agrícolas, o que evidencia ainda mais o quão importante é a diversidade do mundo rural contemporâneo e, sem dúvida alguma, a qualificação da força de trabalho local. Outrossim, percebe-se a pluriatividade cada vez mais presente nas pequenas propriedades, trazendo efeitos significativos não apenas na renda, mas na forma de gestão e planejamento da UPA, na manutenção econômica e social dessas famílias e na promoção do desenvolvimento rural local, mesmo que de forma discreta.

Acredita-se que, para um trabalho futuro, o ideal seja realizar uma pesquisa *in loco* em algumas dessas propriedades, ouvindo diretamente os produtores, público-alvo desse tipo de trabalho. Diante do exposto, fica perceptível a importância da pluriatividade na vida das

famílias dos pequenos produtores vicentenses e, por isso, acredita-se que tanto o objetivo geral como os objetivos específicos propostos nesta pesquisa tenham sido alcançados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

ANÉSE, R. L. R. **Arranjos produtivos locais e capital social no Vale do Jaguari/RS**. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. *In*: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. Atlas, 2004.

BRASIL, C. R. B. **Agricultores familiares pluriativos na região do Vale do Jaguari/RS:** um estudo em Nova Esperança do Sul. 138f. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

BRASIL, C. R. B.; MIGUEL, L. A.. Agricultura Familiar Pluriativa: um estudo através da Abordagem Sistêmica. In: XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2016, Pelotas/RS. **Anais do XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 2016.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil:** agricultura familiare sistemas de produção. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2002. 62p. Disponívelem: http://www.incra.gov.br/fao. Acesso em:14 nov. 2014.

CHAYANOV, A. V. **La organizácion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONVAJ. **Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguari**. Santiago: Equipe Técnica da URI - Campus de Santiago, 2010.

COREDE VALE DO JAGUARI. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do **Jaguari 2015-2030**. Disponível em: https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104738-planovaledojaguari.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

DEL GROSSI, M. E.; DA SILVA, J. G. **A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995**. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/134/130. Acesso em: 21 jun. 2021.

DEL GROSSI, M. E.; DA SILVA, J. G. Ocupações e Rendas Rurais no Brasil. *In*: **ORNAs**. Ocupações rurais não agrícolas: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/ocup_renda_rural.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

DEPONTI, G. **Relato da Experiência de Implantação da Rota Turística Municipal do Verde e das Águas, Nova Esperança do Sul-RS.** 43f. 2002. Monografia (Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2002.

DEPONTI, G. **Processo de desenvolvimento do turismo em Nova Esperança do Sul / RS e microrregião.**-Série Realidade Rural -EMATER/RS-ASCAR.Porto Alegre, 2007.

FRÖHLICH, E. R.; DORNELES, S. B. E**laboração de monografia na área de desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS 2011.

ELLIS. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DO LORETO. **APPROL**. São Vicente do Sul, 2016.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Brasília: FAO/Incra, 1994. (Projeto preliminar).

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1995.

FIALHO, M. A. V. **Agricultura Familiar e as Rendas Não Agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre**: um estudo de caso nos municípios de Dois Irmãos e Ivoti - RS**.** Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós-graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GEPAD-UFRGS. **Agricultura Familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas no Brasil**. UFRGS, 2022. Disponível em: https://www.ufrgs.br/agrifood/index.php/news/noticiass/386agricultura-familiar-emprega-mais-de-10-milhoes-de-pessoas-no-brasil Acesso em: 21 maio 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Líber, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, Instituto de Economia: 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. *In*: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HEDLUND, E. H. **Desenvolvimento industrial na Região do Vale do Jaguari/RS**. 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia Sociedade e Política, Foz do Iguaçú, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P. Acesso em: 18 jun. 2021.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2021.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**: a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Porto: Portucalense, 1980.

LIMA, A. P. L.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Unijuí, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTE, A. Mudanças produtivas no Pampa brasileiro: impactos, vulnerabilidade e estratégias de reação. *In*: **Cuadernos de Geografía**. Bogotá: Revista Colombiana de Geografía, 2017.

MIGUEL, L. A. Entre os campos e as florestas: origem e evolução da agricultura no rio grande do Sul/ Brasil. *In*: **Dialogues contemporains sur la question agraire et l'agriculture familiale au Brésil et en France**. Paris, 2013.

MIGUEL, L. A. Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários. Série EAD/UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: Editora Argos, 2005.

MOREIRA, J. G. **Transformações produtivas no Pampa brasileiro**: As mudanças na bovinocultura de corte diante do avanço da soja. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MOREIRA, J. G.; CONTERATO, M. A.; MATTE, A. Transformações em mudanças no uso da terra no Pampa brasileiro: influência do avanço da soja na bovinocultura de corte. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 14, n. 33, p. 179-207, ago., 2019.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

PILLAR, V.P. et al. **Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL. **A cidade**. c2022. Disponível em: http://saovicentedosul.rs.gov.br/site/a-cidade/ Acesso em: 10 maio 2022.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Editora Feevale, 2013.

RICARDIO, L. (2011). A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **En Cuad. Desarro. Rural**, v. 8, n. 67, p. 231-249.

RIEDL, M. *et al*. (Org.) **Turismo rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781/6895. Acesso em 20 junho 2021.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da Pesquisa**. 2006

SÃO VICENTE DO SUL. **Blog do Vilson Barbosa**. Disponível em: https://saovicentedosulhoje.blogspot.com/2013/08/ Acesso em: maio 2022.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura familiar**. 1999. 470 pg. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil. *In*: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU. Quito, 2006. **Anais**… Quito, 2006.

SCHNEIDER, S. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. **XXII Congress of the European Society for Rural Sociology**, Wageningen, The Netherlands, p. 20–24, 2007.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In*: Froehlich, JM.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2009.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A Agricultura Familiar no Brasil**. FIDA Pobreza y Desigualdad. Contrato de Consultoria de Investigación – RIMISP. Porto Alegre, 2013.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil das Cidades gaúchas**. Porto Alegre: Sebrae, 2020. Disponível em http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Sao_Vicente_do_Sul.pdf Acesso em: maio 2022.

SILVA NETO, B. Abordagem sistêmica, complexidade e sistemas agrários. *In*: Da MOTA; D.M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELLOS, H.E.M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. p. 81-103: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Aracaju 2005.

SILVEIRA, L. B. da. **Agricultura familiar e informalidade**: o seu papel no abastecimento local de alimentos. 2013. 202f. Tese (Doutorado em Extensão rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: UFSCar, 2005.

UBERTI, H. G. O Vale do Jaguari no processo de construção da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, 2012.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. *In*: **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, v. 13, n. 3, p. 383-399, 1996.

VEIGA, J. E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *In*: **Série Textos para Discussão**. Brasília: Nead, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *In*: Tedesco, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade, Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2009.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS INFORMANTES-CHAVE

1) Como você avalia o desenvolvimento agropecuário da região do Vale do Jaguari e principalmente de São Vicente do Sul nos últimos anos?
2) De modo geral, qual é a característica das Unidades de Produção Agrícola de São Vicente do Sul?

3) De modo geral, qual é o histórico das Unidades de Produção Agrícola (como foram adquiridas, mudanças de atividades e de modos de produção, momentos relevantes da história)?

4) Atualmente, quais as principais culturas produzidas no município?

5) Atualmente, quais os principais rebanhos desenvolvidos na pecuária vicentense?

6) Como você avalia a participação da agricultura familiar vicentense na economia local?

7) Na sua opinião, quais as principais características da agricultura familiar vicentense nos dias atuais?
8) O que as famílias rurais consideram quando planejam mudanças de estrutura e produção?

9) A agricultura familiar local possui "representantes" que exercem atividades pluriativas? ( ) sim ( ) não

Família	Localidade	Membro	Tipo de trabalho	Período

10) Na sua opinião, as pessoas que trabalham em atividades pluriativas contribuem para a manutenção da unidade familiar?